



O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Senhoras e senhores, bom dia a todos e todas!

Declaro aberta a Reunião Ordinária de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados convocada para debater os desafios da agricultura familiar frente à aposentadoria rural e os programas de incentivo direcionados aos agricultores familiares e aos empreendimentos familiares rurais.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul, e pelo Deputado que vos fala, Vilson da Fetaemg, do PSB de Minas Gerais.

Nós confirmamos a presença dos seguintes convidados, que vamos chamar para tomar assento à mesa: Dr. Fernando Schwanke, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, que neste momento representa a Ministra da Agricultura Tereza Cristina; Sra. Manuela Santos, Pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade e Gestora do Projeto Bota na Mesa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas; Sr. Gustavo Chianca, assistente do Representante da Food and Agriculture Organization — FAO no Brasil; o Sr. Wilson João Zonin, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — UNIOESTE; a Sra. Jane Berwanger, Diretora de Cursos e Eventos do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário — IBDP, que já é uma amiga nossa de longa data. Sejam bem-vindos!

Nós informamos aos Srs. Parlamentares que o prazo estipulado para as exposições é de até 20 minutos, podendo ser prorrogado, sabendo que temos limite para encerrar esta sessão.

Eu quero registrar também a presença dos nossos colegas Deputados Zé Silva, Evair Vieira de Melo e Emidinho Madeira; do Presidente da FETAG do Rio Grande do Sul, o companheiro Joel; do nosso amigo Elton Weber, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul; do Eugênio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Veranópolis; do representante do Instituto Brasileiro do Vinho — IBRAVIN; do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, o Aristides Veras; da assessoria da CONTAG e demais assessores.



O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, V.Exa. poderia dar uma saudação inicial, antes do início dos trabalhos, aos Parlamentares presentes, por favor? V.Exa. poderia acatar esse nosso pedido?

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Tranquilo!

Tem a palavra o Deputado Emidinho Madeira.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG) - Eu queria, primeiro, cumprimentar o Deputado Wilson da Fetaemg, nosso amigo, companheiro, parceiro; os parceiros que estão aqui do meu lado, os Deputados Zé Silva e Evair Vieira de Melo; todos os convidados; e toda a Mesa.

Esta audiência é para discutir a questão da Previdência da agricultura familiar.

Vilson, eu estou contente hoje, dia 13 de junho, satisfeito. Daqui a pouco eu estou indo viajar contente e satisfeito. Nos últimos 60 dias, nós brigamos muito aqui nesta Casa e discutimos muito a questão do BPC, para defender o produtor rural e a trabalhadora rural. A discussão ocorreu tanto aqui quanto na região. Hoje, na leitura do relatório, eu estou contente porque, na nova Previdência, parece que não vão mexer com os nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse foi um trabalho da nossa bancada, do Zé Silva, do Evair, de V.Exa. também, de toda a bancada do PSB, de toda a bancada mineira. Essa foi uma luta de 90 dias, sem que ninguém trabalhasse mais ou menos do que outro. Foi um trabalho em conjunto. Eu acredito que nós vamos vencer.

A agricultura familiar precisa ser reconhecida e valorizada. Deputado Wilson, eu vou entrar com um requerimento aqui para nós marcarmos uma audiência para que se dê mais condição para a agricultura familiar. V.Exa. tem conhecimento de que nós desenvolvemos bons projetos. Nós inseminamos o gado de 70 Municípios na minha região há 4 anos: são 24 mil vacas de pequenos produtores prenhas, elevando a genética e levando a tecnologia até o pequeno. Nós temos novos projetos — o Nosso Mel, o Nosso Ovo — e projetos para a piscicultura. Então, nós precisamos dar condição para o produtor rural produzir, principalmente para a agricultura familiar.

Parabéns pela audiência! Estamos sempre juntos! Obrigado por me conceder a palavra. Eu estou indo viajar daqui a pouco, tenho que registrar a presença neste momento no plenário, e tenho outra reunião antes da viagem. Muito obrigado!

Parabéns para o nosso time, que defendeu a agricultura familiar, os produtores rurais, os trabalhadores rurais! Fizemos juntos essa tarefa. Trabalhamos juntos, lado a lado.



Parabéns, Deputados Vilson, Zé Silva e Evair de Melo e todos que estiveram na luta conosco nesses 90 dias.

Um grande abraço e um bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Deputado Emidinho Madeira. Nós defendemos e vamos continuar defendendo.

Tem a palavra agora o Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, primeiro, eu quero cumprimentá-lo. É uma alegria vê-lo presidindo esta importante audiência pública.

Quero cumprimentar a FAO, na pessoa do Gustavo; o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; a FGV; e especialmente o Secretário Fernando, representando aqui o Ministério da Agricultura.

Nós não somos contra as reformas do País. Nós somos contra as reformas que tiram direitos dos trabalhadores, especialmente dos da agricultura familiar.

Desde o projeto do Governo anterior, sempre me posicionei contrário a tirar direito dos trabalhadores, especialmente dos homens e das mulheres do campo, A maneira que nós temos para fazer isso aqui é apresentando emendas. Então eu apresentei uma emenda ao projeto de reforma da Previdência com 258 assinaturas. Ontem o Relator antecipou que estarão fora do projeto a agricultura familiar, os trabalhadores rurais e o BPC e que não haverá a constitucionalização de alguns pontos importantes. Isso é uma vitória de todos nós, como disse aqui o Deputado Emidinho.

Cada dia que passa, é importante a agricultura familiar e a extensão rural ocuparem mais espaços nesta Casa. Ontem a Ministra Tereza Cristina, na liderança do Secretário Fernando e do Secretário-Executivo Marcos Montes, pagou 2 milhões e 800 mil reais para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais — EMATER/MG, o que é muito importante para se manter o serviço de assistência técnica e extensão rural.

Eu queria deixar, Fernando, já registrada a importância da implantação do cadastro da agricultura familiar. A Lei nº 11.326, de 2006, não tinha sido regulamentada, mas foi regulamentada pelo Secretário José Ricardo em 2017. Com a regulamentação e a implantação do cadastro da agricultura familiar, o Governo vai ter previsibilidade, vai poder fazer planejamento, e os trabalhadores, para se aposentarem, não vão ter que ficar se sujeitando a alguém para que seja atestado se é verdade ou não. Eu acho que isso é falta



de respeito. Ele faz a autodeclaração, e depois tem que alguém ainda atestar. Eu acho que não precisa disso. Nós temos uma praga da lavoura no Estado brasileiro que se chama falta de planejamento. Então, à medida que se fizer esse cadastro...

Inclusive, eu quero reunir a bancada em outubro — Fernando, peço a V.Sa., se possível, um portfólio — para que nós Parlamentares destinemos, Presidente, recursos da bancada de Minas e das demais bancadas do Brasil, aqui representadas também pelo Deputado Evair Vieira de Melo, para a extensão rural estatal fazer os cadastros e atualizá-los todos os anos, evitando que as nossas empresas estatais funcionem como despachantes de Banco. Assistência técnica tem que ser efetiva no campo. Ficar fazendo cadastro para os agentes financeiros... O meu pai falava que, se banco fosse bom, ele não teria cofre, ele teria coração como nós.

Por isso, eu vou ser relativamente chato todas as vezes, porque eu quero que o extensionista esteja no campo, assistindo a família assentada, a família do agricultor familiar, não atrás de um computador fazendo cadastro bancário, já que isso é o banco que tem que fazer.

Obrigado, Presidente, por esta oportunidade. Parabéns! Fico feliz em vê-lo coordenando uma audiência pública tão importante como esta. Isso significa que nós temos mais representantes aqui da agricultura familiar e da extensão rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Deputado Zé Silva. O meu pai dizia que banco bom é aquele de se sentar.

Quero convidar à Mesa o Aristides Veras dos Santos, Presidente da CONTAG.

Passo a palavra ao Deputado Federal Evair Vieira de Melo, da bancada do Espírito Santo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente Wilson da Fetaemg, caros convidados desta audiência pública, colegas Parlamentares, Deputado Zé Silva, Deputado Emidinho Madeira, Deputado Heitor Schuch, autores do nosso requerimento, esta é uma manhã, com certeza, de informações de dados muito importantes para a agricultura familiar do nosso Brasil. Houve a confirmação antecipada do Relator da Previdência, o Deputado Samuel Moreira, ao qual eu deixo o meu reconhecimento pela competência do trabalho com que conduziu este tema, de que os agricultores familiares, o nosso povo rural, não serão atingidos por essa reforma. Serão mantidas as condições dos



nossos agricultores. Eu acho que essa nossa luta em conjunto na Casa, com todos os Parlamentares, é uma vitória no Brasil.

A agricultura, Sr. Presidente, é um negócio a céu aberto e não tem contracheque. Estão falando em greve geral no dia 30, mas eu tenho uma boa notícia para os brasileiros: quem colhe tomate não vai fazer greve; quem tira leite não vai fazer greve; quem colhe morango não vai fazer greve; quem colhe abacaxi, lá em Marataízes, no Espírito Santo, terra de Domingos Martins — que ontem foi celebrado por ter sido um dos mártires da nossa Independência —, não vai fazer greve. Os agricultores da agroindústria familiar por todo o nosso Brasil não irão parar na sexta-feira. Quem vai fazer greve com certeza vai almoçar, vai tomar café da manhã e vai jantar, mas vai ficar tranquilo, porque ele vai parar, mas sabe que vai haver salsinha, vai haver cebola, vai haver coentro. Às vezes isso é tão pequeno na nossa economia, mas é fundamental na nossa alimentação.

Quem vai tratar do gado nos frigoríficos brasileiros não vai parar. Os frangos dos galpões de integração no Brasil inteiro não vão parar de comer na sexta-feira, muito menos as galinhas poedeiras, entre elas as do maior produtor de ovos do Brasil, Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo. Os agricultores levantarão cedo e colocarão ração nos comedouros e nos bebedouros daquelas granjas. A agricultura não pode parar.

É por isso que, nesta justa e necessária reforma da Previdência, nós estamos dando condições para que os agricultores tenham mantidos os seus direitos. Aí não há nenhuma bondade, porque trabalham sábado, domingo, feriado. Isso é extremamente importante.

Fernando, obrigado por sua presença. Quero parabenizá-lo pela equipe maravilhosa que a Ministra Tereza Cristina compôs no Ministério.

Tratar da Previdência e tratar da aposentadoria para frente. Mas eu tenho uma preocupação que me assola todos os dias. Eu sou filho de agricultores familiares, o Sr. Jair e a D. Adelaide. Tão importante quanto defendermos a Previdência, Deputado Emidinho Madeira, é defendermos a renda do produtor rural enquanto ele está na atividade econômica. É importante manter a sua renda, a sua remuneração de um salário mínimo, depois que ele completa a idade e se aposenta, mas a nossa maior dignidade, Fernando e queridos componentes da Mesa, vai ser a nossa capacidade de produzir política pública para recuperar a economia brasileira, para que o agricultor, na força da sua capacidade produtiva, tenha renda e para que o seu alimento tenha valor, para que no futuro ele possa ter uma casa digna, com instalações dignas, seus filhos possam estudar, naturalmente



possa fazer investimentos na sua propriedade, possa construir a sua casa, possa educar seus filhos. Essa é outra grande contribuição de que nós não podemos abrir mão.

Deputado Wilson, sei da sua militância e do seu comprometimento, o que me deixa muito feliz.

No próximo dia 18, vamos anunciar o Plano Safra. Não é fácil a briga com o Ministério da Economia. O Ministério da Agricultura não tem tamanho sozinho, mas liderou, junto com a Ministra e toda a sua equipe, para que tivéssemos as condições máximas possíveis para que os pequenos e médios agricultores pudessem ter o retorno de seus investimentos.

O Deputado Zé Silva trata de uma peça importante: as alterações necessárias para a Previdência e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER, em Minas Gerais e nos Estados brasileiros, e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural — INCAPER, que não podem virar só um escritório cartorial. Têm de ter recursos para a pesquisa agropecuária, para a evolução de todos os dias.

Eu trato de saneamento nesta Casa, Sr. Presidente. Eu presidi a MP do Saneamento. Eu espero que possamos ter sucesso na aprovação do seu texto.

Eu digo que sou filho da extensão rural. Eu me lembro, ainda menino, no fim dos anos 70, começo dos anos 80, quando eu começava a entender das coisas, de que a nossa EMATER fazia extensão rural de saneamento do filtro, da água tratada. Isso parece muito longe, mas isso deu saúde aos agricultores, que aprenderam a fazer um cozimento da comida, uma boa lavagem, um bom trato cultural, um bom manejo daquilo que está em torno do chiqueiro, do curral, do galinheiro, um ambiente digno de trabalho, aprenderam a encanar água, a tratá-la, a proteger nascente. Essas parecem coisas óbvias no mundo de hoje, mas foi um papel extremamente importante que a extensão rural exerceu nos anos 70 e 80. Isso permitiu, inclusive, que a média de idade e de saúde dos agricultores pudesse se manter e, naturalmente, depois evoluir com as boas práticas agrícolas.

Uma coisa com a qual eu me preocupo muito é saúde e segurança do trabalho. É importante preservar a saúde, cuidar da coluna ao manejar um peso. Não adianta o agricultor chegar aos 50 e poucos anos de idade com o joelho e a coluna estourados, todo arrebatado, porque não terá mais capacidade de produzir. É necessário treinamento, orientação do manejo correto de máquinas e equipamentos. Os equipamentos — uma roçadeira, um microtrator ou mesmo um trator — chegaram às propriedades rurais pequenas. Portanto, que haja cursos de tratoristas, de manutenção de máquinas e



equipamentos. Chegou energia elétrica e chegaram os defensivos. Portanto, é importante um curso sobre o uso e aplicação correta, quando necessários, desses defensivos. Tudo isso é trabalho da extensão rural.

Portanto, para esta Comissão, para a Frente Parlamentar da Agropecuária, cujo Presidente está ao meu lado, o guerreiro Deputado Alceu Moreira, para a Frente Parlamentar de Cooperativismo, que eu presido, é uma conquista importante mantermos os patamares da Previdência Rural. Mas temos de continuar, Presidente Alceu, trabalhando muito para manter uma aposentadoria digna e o BPC para os nossos trabalhadores rurais e fazendo um esforço para que, na sua vida laboral, o seu produto tenha valor, para que ele tenha renda e dignidade, para que, no futuro, ele tenha sua aposentadoria, e, quiçá — vamos sonhar, Deputado Alceu —, para que ele tenha feito uma poupança para tocar sua vida com dignidade.

Portanto, parabéns! Acho que essa foi uma vitória importante.

Agricultores do Brasil, Presidente Vilson, Presidente Alceu Moreira, tenho a certeza de que nós estaremos vigilantes nesta Casa. Nós somos como os agricultores: nós não vamos dormir. Lutaremos, de sol a sol, de segunda a segunda, para colocar alimento com dignidade e com qualidade na mesa dos brasileiros. Nós queremos alimento a preço justo para quem consome, mas jamais à custa de quem produz. Queremos renda ao produtor rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Deputado Evair Vieira de Melo.

Eu quero consultar o nosso colega Deputado Alceu Moreira se S.Exa. quer usar da palavra agora ou se nós podemos passar para a primeira expositora, que está com um problema de voo.

Se for rápido, passaremos a palavra a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Está bem, eu agradeço.

Eu quero registrar a presença dos assessores de gabinete das nossas Federações e da nossa Confederação.

Passo a palavra à convidada Jane Berwanger, que terá 20 minutos.

A SRA. JANE BERWANGER - Bom dia a todos.



Inicialmente, quero agradecer ao Deputado Vilson pelo convite, ao Deputado Heitor Schuch, autor do requerimento, e a todos os Deputados presentes. Quero cumprimentá-los e a todos os demais.

Embora estejamos falando de um assunto que à tarde talvez não seja mais relevante, trata-se de um assunto que, a depender do tamanho da desconstitucionalização, poderá voltar à pauta logo em seguida. Portanto, acho que, ainda que haja uma probabilidade muito grande de, no relatório, não haver modificações para os trabalhadores rurais, a só perspectiva de termos de voltar e continuar debatendo esse assunto já justificaria abordar esse tema.

(Segue-se exibição de imagens.)

Queira dizer, antes de qualquer coisa, que me sinto muito confortável em falar sobre esse tema porque trabalho com isso há muitos anos — fui trabalhadora rural junto com meus pais, agricultores familiares — e também porque estudo essa matéria — minha tese de doutorado foi sobre o segurado especial, sobre o trabalhador rural. Então, para mim, este é um momento em que eu gostaria de dividir esses estudos que, ao longo de muitos anos, já tenho feito nesta área.

É importante lembrar a inclusão da proteção previdenciária para os trabalhadores rurais na Constituição Federal de 1988. Já vinham tentando recuperar uma dívida histórica com os trabalhadores rurais. Até 1971, quando a imensa maioria da população era rural, não havia nada de proteção no meio rural. De 1971 até 1991, passou a haver uma mínima proteção: apenas o homem, o chefe de família, tinha direito a um benefício, aos 65 anos de idade, de meio salário. Então, essa era uma proteção bastante restrita em termos de público, em termos de valor e em termos de benefícios. A Constituição de 88 trouxe o trabalhador rural, o segurado especial para o Regime Geral de Previdência Social, evitando justamente que houvesse sistemas distintos de proteção para o trabalhador urbano e o rural, embora com regras diferenciadas que também nós vamos encontrar entre os urbanos.

A Constituição garantiu a uniformidade, a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e também especificou como se daria ou qual seria a base de cálculo da contribuição previdenciária desse agricultor familiar. Por quê? Porque o salário do agricultor é a venda da produção. Ele não tem, em regra, um salário mensal. Algumas atividades até têm. Se nós pensarmos em hortifrutigranjeiros, produtores de leite, alguns até têm, coincidentemente. Mas, em regra, os agricultores familiares não têm um salário,



uma remuneração mensal. Então, a base de cálculo tem de ser aquilo e naquele momento em que ele vende o produto.

Há 9,5 milhões de benefícios no meio rural. Isso representa 105 bilhões de reais.

Pontos positivos da inclusão ou desse sistema que traz tanto valor econômico não só ao agricultor em si, como também ao meio rural e também aos pequenos Municípios. O primeiro aspecto positivo a citar, ou a primeira ponderação a se fazer, é que a contribuição é sobre a produção total e não sobre o resultado da produção. Explico: se o agricultor vendeu, Dr. Fernando, 100 mil reais no ano, mas teve um custo de produção de 110 mil reais, como muitas vezes acontece, ele pagou sobre os 100 mil, ou seja, ele teve prejuízo e ainda assim pagou sobre a produção total. É importante reforçar isso.

Houve uma redução do êxodo rural na perspectiva da aposentadoria. Eu comentava na Comissão da PEC outro dia que eu nasci e me criei ouvindo a minha mãe se queixando: "*Se pelo menos a mulher pudesse se aposentar no meio rural...*". Ela trabalhava na roça, trabalhava em casa, cuidava dos filhos e não tinha perspectiva de aposentadoria, o que passou a ter com a Constituição de 88 e, mais concretamente, com a Lei nº 8.213, de 1991. Então, a ausência de perspectiva de aposentadoria no meio rural, de uma aposentadoria diferenciada, desestimulará as pessoas a permanecerem no meio rural. Já há um problema muito grande de êxodo rural e de afastamento dos jovens. O meio rural está extremamente envelhecido. Quem vai fazer a sucessão? Quem vai plantar os produtos que o Deputado muito bem colocou aqui antes, a salsinha, o tomate? Quem vai plantar, se os jovens saem do campo e as pessoas idosas vão começando a perder a sua capacidade?

Houve uma grande interiorização da renda. Sem dúvida nenhuma, a Previdência Social é um mecanismo de redistribuição de renda e, dentro da Previdência Social, o mecanismo mais eficaz é o da Previdência Rural.

Melhores condições de vida para as pessoas: houve uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tomando por base alguns Municípios lá no Estado do Rio Grande do Sul, que mostrou que 24% do que a família gasta com a aposentadoria é em saúde. Então a Previdência Rural melhora a condição de vida. Como estaria a vida dessas pessoas se não tivessem esse dinheiro? Outra parte importante, cerca de 20%, é gasta na própria produção, ou seja, é reinvestida na propriedade, o que significa que são necessários menos recursos do PRONAF — ou até mesmo funcionam como recursos complementares ao PRONAF — para a melhoria da produção.



Há também o impacto para os pequenos Municípios, também já muito comentado aqui. Como eu dizia, a Previdência Rural redistribui o dinheiro dos grandes centros para os pequenos e para as localidades mais distantes. Nos Municípios pequenos — eu acredito, Dr. Fernando, que Rio Pardo e os municípios vizinhos de sua região sejam um bom exemplo disso —, a economia do Município gira nos dias do mês em que há pagamento de benefícios, tamanha a importância da Previdência, em especial da Previdência Rural.

Das duas propostas que mudariam especificamente a Previdência para os rurais, a primeira seria uma contribuição mínima anual de 600 reais, tendo por base ainda a contribuição sobre a produção. Mas, não chegando a esse patamar, teria que se recolher a diferença. Esse valor representa 46 mil reais de produção vendida no ano. Nós não podemos dizer que a grande maioria dos produtores chegue a essa quantidade. Então, existe uma preocupação muito grande dos produtores com sua capacidade de fazer essa contribuição. E a outra proposta seria a idade de 60 anos para homens e mulheres se aposentarem.

Há duas questões relativas à contribuição. A primeira delas está relacionada ao estudo do Tribunal de Contas da União que apontou que apenas 26% da arrecadação potencial do meio rural é recolhida. Isso significa que haveria um imenso campo para combater a sonegação de empresas que descontam e deixam de recolher, segundo dados do Tribunal de Contas da União.

A segunda questão é que houve uma redução de contribuição em 2018, em decorrência da Lei nº 13.606, que não foi reivindicada pelos agricultores familiares. Essa redução de contribuição foi consequência de uma dívida do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, que desde 2001 veio rolando essa situação.

Para os agricultores familiares, sempre é preferível contribuir sobre a produção, porque essa é a renda que eles têm. É muito inseguro pagar sem sequer saber se vai ser possível cobrir o custo, se vai conseguir colher. Esta é uma crítica que nós fazemos a esta escolha do Legislativo e do Executivo, que repercute na contribuição, porque a contribuição dos agricultores é insuficiente para pagar os benefícios.

Outro aspecto importante é que, coincidentemente, a contribuição representa 8% do gasto com os benefícios, exatamente o mesmo percentual dos militares das Forças Armadas. É exatamente o mesmo percentual para os militares, a contribuição também é de 8% daquilo que eles gastam. Entretanto, entre um militar e um agricultor, eu penso que nós



precisamos muito mais do agricultor. Eu não tenho absolutamente nada contra as Forças Armadas, muito pelo contrário, acho que fazem um trabalho muito importante. Mas, se fizermos essa comparação, eu acredito que o agricultor tem muito mais importância, porque produz a comida nossa do dia a dia.

Muito se fala em fraudes na Previdência rural. Eu queria rapidamente falar disso, porque é muito triste colocar todos os agricultores no mesmo saco, incluindo os que cometem fraude. Dados da Controladoria-Geral da União dão conta de indícios de irregularidades em 97 mil benefícios. Isso representa 1% do total, e ainda assim são apenas indícios de irregularidades.

Preocupa-me muito a mudança feita pela Medida Provisória nº 871, que deve ser publicada nos próximos dias, convertendo-se em lei. Ela muda radicalmente a forma de comprovação da atividade. Isso foi muito discutido, em função de supostas fraudes praticadas, mas sequer houve comprovação ou especificação. Se há alguém praticando fraude, combata! Vá lá, fiscalize e combata! Agora, considerar que todos da agricultura familiar praticam fraude me parece um tanto quanto injusto.

Em relação à situação dos empregados rurais e à informalidade no meio rural, infelizmente não há fiscalização expressiva. No melhor estágio de fiscalização, fiscalizou-se 4% do meio rural. De toda a fiscalização do Ministério do Trabalho, 4% foram no meio rural. Até se compreende isso, porque é muito mais difícil fiscalizar no meio rural do que no meio urbano, mas há muita informalidade. Segundo dados do IBGE, aproximadamente 60% dos trabalhadores trabalham na informalidade.

Com relação à vulnerabilidade das pessoas que trabalham na agricultura familiar, chamo atenção para vários aspectos. O primeiro é o clima, que interfere extremamente na produção rural. Trago aqui duas notícias, uma de 2015 e uma de 2018, que falam da seca no Nordeste. A última informação que eu tive dizia que, no Rio Grande do Norte, 80% dos Municípios estão em situação de emergência em função da seca. Então, como exigir uma contribuição de 600 reais por ano de uma família que trabalha nessa atividade, se ela sequer tem o mínimo, o básico? Se ela não consegue plantar e muito menos colher alguma coisa, como vai contribuir?

Outra coisa importante é a distribuição de recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, que é muito maior para as regiões mais desenvolvidas do que para as regiões mais pobres. Por que isso acontece? Justamente pela perspectiva



de não se conseguir pagar o financiamento, por não se conseguir produzir. Então, há um ciclo de desenvolvimento maior em algumas regiões e bem menor em outras, e ele decorre também dessa questão do clima.

Critica-se muito a judicialização dos benefícios rurais. A primeira coisa a ser dita sobre esse ponto é que ninguém ajuíza uma ação para receber um benefício se esse benefício já lhe foi concedido. As pessoas só vão à Justiça se o benefício lhes foi negado pelo INSS. Se a Justiça concede o benefício em 30% dos casos, o INSS estava errado, pelo menos aos olhos da lei, de quem tem que dar a última palavra, que é o Poder Judiciário.

Preocupa-me extremamente o que vai acontecer daqui para adiante com relação à Medida Provisória nº 871. Por quê? Porque, infelizmente, partiu-se de uma certa presunção de que todos os segurados especiais têm Declaração de Aptidão ao PRONAF, e isso nem de longe é verdade. Talvez 1 milhão ou 1,5 milhão de pessoas tenham Declaração de Aptidão ao PRONAF, que são segurados especiais. O restante, que soma 10 milhões de pessoas, não tem, e, portanto, a esposa não consta na Declaração de Aptidão, não vai cruzar a informação. A pessoa que está numa região de seca e não consegue plantar não vai ser incluída no PRONAF, porque o banco não vai lhe emprestar dinheiro. Além disso, ela nem tem por que pegar o empréstimo, porque ela sabe que não vai colher. Essa pessoa não tem Declaração de Aptidão ao PRONAF. Então, se o Governo queria reduzir a judicialização, essa operação vai provocar o inverso, a judicialização vai aumentar. Só não aumentará mais porque o cadastro foi estendido para 2023. Mas mesmo assim, não consigo ver uma perspectiva tão rápida de cruzamento de informações, de modo que isso já esteja sendo aplicado em 2023.

Com relação à idade, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 70% das mulheres e 78% dos homens começam a trabalhar no meio rural aos 14 anos de idade. Aos 60, serão 46 anos de trabalho reconhecidamente penoso, reconhecidamente árduo. Eu digo "reconhecidamente" porque a própria Constituição, ao estabelecer uma redução de idade, faz esse reconhecimento.

Vamos analisar a situação das mulheres. Segundo dados bem recentes do IBGE, as mulheres se dedicam ao trabalho doméstico por 21 horas por semana, em média, e os homens, por 10 horas. Se no meio urbano já houve uma evolução nessa área, de modo que os homens já são mais participativos no trabalho doméstico, no meio rural as mulheres ainda predominam no trabalho doméstico quase com exclusividade. Então, isso precisa ser



considerado. Nada justifica que não haja diferença de idade entre homens e mulheres no meio rural, se há diferença de idade entre homens e mulheres no meio urbano.

Outra preocupação é que o trabalho exige muito esforço físico, é pesado, fica-se muito tempo na mesma posição, o esforço é repetitivo, há exposição à variação climática, ao sol intenso. Aliás, peço à Dra. Adriane, minha querida Presidente do IBDP, que me confirme que em 2016 a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais reconheceu que, assim como a exposição ao calor gerado por agentes artificiais, a exposição ao sol causa prejuízos à saúde. Então, faço também uma referência à exposição ao sol, à chuva, ao frio e assim por diante.

O contato continuado com agrotóxicos tem aumentado muito, trazendo risco à saúde. Com relação aos trabalhadores e empregados rurais é da mesma forma.

Mesmo com a evolução da tecnologia, o trabalho rural continua sendo muito pesado. Às vezes, vejo algumas afirmações até em sentenças judiciais e fico um pouco assustada. Eu vi uma juíza afirmando que uma pessoa não exercia esforço físico porque tinha uma máquina de tirar leite. Eu até tentei imaginar o que passou na cabeça dela ao conceber como seria uma máquina de tirar leite. Eu tive que lhe mostrar algumas fotografias do lugar em que a pessoa senta, o que ela faz e como é a máquina de tirar leite, que é a ordenhadeira. Então, o avanço da tecnologia é excelente, melhorou muita coisa, mas ainda é preciso usar muito esforço físico. A capacidade laborativa diminui em função desse esforço físico e de vários outros fatores.

Os trabalhadores rurais enfrentam a incerteza da colheita bem-sucedida. Por isso, o pagamento de uma contribuição desvinculada da produção, na minha opinião, é equivocado. Todas as aquisições do trabalhador rural, como sementes e insumos, sempre são investimentos de risco. Ele compra os insumos, faz o financiamento, se for o caso, e não sabe se vai colher sequer para conseguir plantar a próxima safra. A primeira comemoração dele é quando consegue pagar as contas. Depois ele vê se sobra alguma coisa. Então, a imprevisibilidade do retorno é uma característica dessa atividade.

Esses recursos são importantes para os pequenos Municípios. Em janeiro de 2016, o pagamento de aposentadorias rurais distribuiu 5,6 bilhões de reais entre os Municípios com até 50 mil habitantes. Ou seja, dois terços dos valores dos benefícios rurais naquele mês foram pagos para moradores de Municípios pequenos, de até 50 mil habitantes.



A importância dessa atividade para a produção de alimentos já foi ressaltada aqui, inclusive por Deputados, para lembrar que o alimento nosso de cada dia é produzido por essas pessoas. A manutenção de benefícios diferenciados para os trabalhadores rurais é uma questão de justiça, de retribuição social, de incentivo à manutenção das pessoas no meio rural e é questão de coerência, porque o trabalho rural é diferenciado. A Constituição diz que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual, mas também diz que os desiguais devem ser tratados de forma desigual.

Há algumas possibilidades de lidar com essa questão, e a primeira é aprimorar a arrecadação. Segundo, eu descartaria completamente jogar trabalhadores rurais na assistência social, porque quem exerce atividade remunerada tem que estar na Previdência, e não na assistência. A diferenciação dos benefícios para os trabalhadores rurais atende ao disposto no art. 3º da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República (...):

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Também me preocupam a desconstitucionalização — eu não sei se isso vai estar no relatório — e a futura capitalização, que sai do cenário nesse momento, mas poderá voltar logo adiante. Se a capitalização for pensada para todos, inclusive os rurais, mantém-se intacta a nossa preocupação com a matéria.

Deixo aqui os meus contatos e lhes agradeço a oportunidade, em nome do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Nós agradecemos à Dra. Jane a brilhante explanação, que com certeza abre as nossas cabeças para fazermos outros questionamentos.

Eu quero registrar a presença do Deputado Heitor Schuch, do Rio Grande do Sul, que é coautor do requerimento para a realização desta audiência; do Deputado Benes Leocádio, do Rio Grande do Norte; da Sra. Djane, Secretária de Previdência da nossa Confederação; e do Sr. Urbano, ex-Presidente da CONTAG.

Lembro que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*.



Passo a palavra por 20 minutos ao Sr. Fernando Schwanke, que é Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA, que neste ato representa a Ministra da Agricultura Tereza Cristina

O SR. FERNANDO SCHWANKE - Bom dia a todos, senhores e senhoras.

Quero cumprimentar, primeiramente, o Deputado Vilson da Fetaemg e o Deputado Heitor Schuch, meu conterrâneo.

É uma alegria participar desta importante audiência pública. Agradeço o convite, em nome da Ministra Tereza Cristina.

Quero também cumprimentar os Deputados Emidinho Madeira, Zé Silva, Evair Vieira de Melo, Alceu Moreira, Benes Leocádio e os demais Deputados que prestigiam esta audiência.

Cumprimento meus companheiros de Mesa Deputado Vilson da Fetaemg, Sra. Manuela, Dra. Jane, que fez uma belíssima explanação, Sr. Gustavo, da FAO, companheiro de vários projetos importantes com o Ministério, e Sr. Aristides, Presidente da CONTAG.

Depois de fazer os agradecimentos, quero ainda cumprimentar o Sr. Joel, que é Presidente da FETAG da minha terra, e o Deputado Elton Weber, que vieram do Rio Grande do Sul prestigiar esta audiência.

Primeiramente, em nome da Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - O senhor me permite?

O SR. FERNANDO SCHWANKE - Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Eu vi que o nosso colega Deputado Heitor Schuch, que estava lá na Comissão Especial, trouxe um abaixo-assinado com um caminhão de assinaturas dos gaúchos pela manutenção no texto da aposentadoria dos rurais com os 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, e também do BPC. Nós de Minas Gerais também traremos, semana que vem, mais um caminhão de abaixo-assinados.

Obrigado e desculpe-me.

O SR. FERNANDO SCHWANKE - Está bem. O senhor é o Presidente, o senhor é quem manda.

Eu quero, primeiramente, em nome da Ministra Tereza Cristina, mais uma vez agradecer por podermos participar deste importante momento trazendo aqui a visão do Ministério da Agricultura em relação ao importante tema da agricultura familiar. Nós fomos



incorporados ao Ministério da Agricultura após termos sido um Ministério e, depois, uma Secretaria Especial.

Esse tema é muito caro ao Ministério da Agricultura, que se empenha em fortalecer ainda mais os pequenos proprietários rurais, incorporando a esse segmento da agricultura brasileira os médios proprietários rurais, que obtêm 80% de sua renda da propriedade rural, e 80% dos quais vivem na propriedade. A questão dos médios produtores está sendo tratada pela nossa Secretaria, e de forma geral dentro do Ministério da Agricultura, com uma prioridade grande, por determinação da Ministra. Os pequenos têm e tiveram uma política muito bem formatada nos últimos 20 anos, enquanto os médios produtores rurais ficaram num limbo, sendo os que menos produzem no País hoje, em valor bruto de produção por hectare. O próximo Plano Safra certamente trará novidades em relação a esse segmento da agricultura brasileira. Nós estamos trabalhando para consolidar uma política de apoio aos médios produtores rurais do Brasil, assim como a que existe para os pequenos.

Eu vou falar um pouquinho sobre as políticas que estão sendo construídas e que serão implementadas pelo Ministério da Agricultura voltadas à agricultura familiar e ao cooperativismo, que cabem à minha Secretaria.

Antes de entrar na apresentação de programa por programa, eu quero destacar que essas mudanças na aposentadoria rural estão superadas e que esse tema sairá do relatório. Esse tema também foi tratado fortemente pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que hoje é presidida pelo Deputado Federal Alceu Moreira, e por outros Deputados. Esse é um assunto importante que esteve e que está na pauta do Congresso, e parece que ele saiu do relatório, o que traz tranquilidade para os agricultores familiares do País.

Quero iniciar dizendo que, semana que vem, a princípio no dia 18, será anunciado o Plano Safra 2019/2020. Desta vez, o Plano Safra será voltado a todos os segmentos da nossa agricultura, aos pequenos, aos médios e aos grandes proprietários rurais.

Nós da Secretaria temos atuado fortemente junto à Secretaria de Política Agrícola para garantir, preservar e aumentar os recursos para o Programa Nacional da Agricultura Familiar, que, sem dúvida nenhuma, é a maior política pública e a que mais tem capilaridade neste País, beneficiando os agricultores familiares.



É importante relatar que existem aproximadamente 4 milhões e 100 mil propriedades rurais de pequenos proprietários da agricultura familiar e em torno de 500 mil médios proprietários rurais. Os dois juntos equivalem a aproximadamente 90% dos proprietários rurais do País. Por determinação da Ministra Tereza Cristina, o Ministério da Agricultura está atuando para garantir que os pequenos e os médios sejam preservados nas políticas públicas de crédito para a agricultura. Certamente, no dia 18, nós teremos surpresas extremamente positivas em relação a isso. Nós temos uma expectativa muito grande até de aumento de recursos para esses dois segmentos, além da criação de outras linhas que serão importantes para a agricultura familiar, em conformidade com o direcionamento do Ministério e com a determinação da Ministra para fortalecer esses segmentos da nossa agricultura.

Nós estamos trabalhando fortemente também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para colocar de pé uma linha de crédito do PRONAF que existe, mas que nunca foi liberada, que é o PRONAF Produtivo Orientado. Essa linha de crédito para investimento está dentro do PRONAF e conjuga o crédito com a prestação de assistência técnica. O agricultor que paga em dia o capital tem 100% de rebate na assistência técnica. A CONTAG, a CNA e todos nós que discutimos muito a assistência técnica acreditamos que é importante colocar de pé e em funcionamento essa linha. É importante frisar que ela só existe para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, regiões para as quais existem fundos constitucionais. Essa linha incorpora algo extremamente caro para a agricultura, que é a assistência técnica, e ela já está aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Isso não foi fácil, houve um histórico de luta muito grande para se aprovar isso. O produtor que paga o financiamento em dia tem a assistência técnica rebatida, ou seja, ela se torna 100% gratuita. Essa é uma grande forma de ampliar a assistência técnica aos pequenos produtores rurais. Nós sabemos que a CONTAG tem isso também como uma das suas grandes metas. Nós estamos conversando com o Antoninho para incorporar ao programa uma metodologia que simplifique o acesso dos agricultores a essa linha de crédito que lhes disponibilizará a assistência técnica. Isso também está dentro do nosso Plano Safra. Estamos trabalhando para implementar alguns projetos-pilotos do PRONAF Produtivo Orientado no Nordeste e no Norte do Brasil.

A Dra. Jane comentou algumas questões sobre o clima. Quero ressaltar que uma das grandes ações do Ministério da Agricultura — a Ministra tem falado isso reiteradamente —



é a ampliação do seguro rural. Já no próximo Plano Safra, que deverá ser anunciado em breve, traremos novidades em relação a esse tema, que é muito caro para a agricultura brasileira. Se a produção estiver segurada, os juros dos financiamentos poderão cair. Venho de uma região no Rio Grande do Sul que é produtora de tabaco, e essa atividade agrícola acontece nos três Estados do Sul. A Associação dos Fumicultores do Brasil oferece há mais de 60 anos um seguro agrícola contra o granizo no tabaco e contra incêndio em estufas de fumo. É um seguro privado que funciona bem, que é administrado pela Associação dos Fumicultores e que traz tranquilidade aos produtores do Sul do País, que muitas vezes são atingidos pelo granizo. Essa é uma grande preocupação do nosso Ministério, e a Ministra tem falado muito acerca dessa questão. O Secretário Eduardo Sampaio e a sua equipe têm trabalhado para estender, para aumentar a abrangência do seguro na produção brasileira.

Na Secretaria, estamos trabalhando em alguns projetos importantes de alavancamento da produção primária e de geração de renda para a agricultura familiar. É importante salientar que incorporamos à nossa Secretaria o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural — DENACOOOP, cuja atuação já foi uma referência em políticas públicas voltadas a esse importante setor da economia brasileira, que movimenta hoje em torno de 650 bilhões de reais, principalmente para os pequenos e os médios produtores. Sabemos a força que o cooperativismo tem na organização de pequenos produtores e no aumento de poder no mercado, pela união desses pequenos produtores. Hoje, a diretoria de cooperativismo está sendo fortalecida — a Ministra tem dado essa diretriz —, porque acreditamos muito que o cooperativismo é uma das formas de organização que gera agregação de valor e que proporciona aos pequenos produtores acesso a mercados.

Estamos em conversa bastante avançada com a Organização das Cooperativas do Brasil e com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária — UNICAFES para organizar um programa que conecte as cooperativas brasileiras. Queremos trazer as experiências bem-sucedidas do cooperativismo do Sul, do Sudeste e de onde eles existirem para as cooperativas que precisam dessas boas práticas para se desenvolver. Ontem mesmo tivemos uma reunião com o setor do cacau. Esse é um dos setores em que existe pouca inserção das cooperativas, e ele é basicamente composto por pequenos produtores. O Brasil deixou de ser um país exportador para ser



importador de cacau, mas na atividade cacauceira existe uma oportunidade de produção muito grande, principalmente no Norte do Brasil, no Pará, e também na Bahia. Ele é basicamente formado por pequenos produtores, e existe espaço para o aumento da produção, mas o acesso a outros mercados está condicionado à organização do setor. O cooperativismo é uma das formas de produzir essa organização. Estamos trabalhando com as cooperativas para fazer esse programa de conexão e abrir mercados às cooperativas, tanto o mercado nacional quanto o mercado internacional.

Aqui vai se tratar da sustentabilidade. Ontem à noite, a Ministra deu entrevista à *Globo News* e falou bastante da importância da sustentabilidade na agricultura e na agropecuária brasileiras. Esse tema é extremamente caro para o Ministério da Agricultura. Uma das nossas diretrizes, em todos os programas que estão sendo lançados, é trabalhar o tema da sustentabilidade, que é matricial em todas as Secretarias do Ministério. Esse tema é importante para a agricultura brasileira ter acesso ao mercado internacional, e é fundamental no aspecto interno, principalmente para a agricultura familiar, para os médios e para os grandes produtores. É importante preservar as águas, as matas ciliares, as matas e as florestas. Isso tem sido tratado dentro do Ministério como um tema preponderante.

Talvez tenha passado em branco o lançamento do Programa Bioeconomia Brasil — Sociobiodiversidade, feito pelo Ministério da Agricultura na Green Rio, que é uma feira importante na produção de orgânicos e na produção sustentável. Esse programa visa à profissionalização das cadeias produtivas da sociobiodiversidade brasileira. Nós estamos falando, por exemplo, do açaí, que já se tornou uma *commodity* de exportação e que tem ainda um potencial enorme para se tornar um grande produto, tanto no mercado interno como no mercado externo. Nós estamos falando também da castanha, da pupunha, da extração de óleos de inúmeras palmas que existem no Brasil e que servem à indústria cosmética, farmacêutica, nutracêutica. Herdamos do Ministério do Meio Ambiente o tema do extrativismo e estamos tratando dele como uma das grandes oportunidades econômicas que o País pode ter no futuro, com a bioeconomia e a sociobiodiversidade. A produção primária desses produtos é mandato do Ministério da Agricultura, e estamos atuando nesse tema com vários projetos. Um deles se chama Mercados Verdes e Consumo Sustentável, realizado em parceria com a GIZ, uma agência de cooperação alemã. Estamos trabalhando em câmaras de mercado no Norte do País, no acesso a mercados internacionais, e



queremos atuar fortemente na profissionalização das cadeias produtivas dos biomas brasileiros.

Obviamente, a Amazônia tem sempre as maiores luzes e certamente o maior potencial para a produção desses produtos, mas não podemos nos esquecer dos biomas da Caatinga, da Mata Atlântica, do Pantanal e do próprio Pampa gaúcho, que têm produtos que podem ser utilizados tanto no mercado nacional como no mercado internacional.

A Ministra já apresentou nesta Comissão outro programa importante que diz respeito diretamente a pequenos produtores, o Programa Produzir Brasil, que trata da estrutura produtiva de assentamentos e que está pronto para ser implementado. Nós queremos efetivamente, nos assentamentos que tenham sido titulados, incorporar esses agricultores familiares ao mercado. Para isso, nós vamos fazer diagnósticos — muitos já estão prontos — e elaborar um plano de ação com assistência técnica por 2 anos para incorporar esses agricultores às cadeias produtivas locais e para fortalecê-las. A intenção é, partir do terceiro ano, dar independência a esses assentados e incorporá-los à agricultura familiar do País. Em alguns assentamentos, nós temos nos deparado com algumas situações em que indústrias integradoras têm se oferecido para integrar esses produtores à cadeia produtiva. No passado, o INCRA não aceitou que indústrias integradoras atuassem junto a esses assentados. Nós temos uma filosofia totalmente contrária nessa questão. Nós queremos, sim, integrar esses produtores a processos produtivos, às cadeias produtivas, e transformá-los em agricultores que estejam no mercado produzindo e gerando renda. Isso para nós é importante. O Programa Produzir Brasil é uma das prioridades da Secretaria do Ministério da Agricultura.

Eu não vou ter tempo de falar de todos os programas, citarei só alguns.

Estamos com um decreto pronto para reformular o crédito fundiário e fazê-lo retornar aos moldes do que já foi um dia o Banco da Terra. Ao criarmos uma estrutura mais ágil e mais rápida, o crédito poderá ser acessado por agricultores que querem ter acesso à terra, mas que muitas vezes não conseguem. Para os senhores terem uma ideia, no atual modelo do crédito fundiário, mais ou menos 18 etapas que têm que ser cumpridas para que o agricultor consiga ter acesso à terra, o que eleva o tempo a aproximadamente 2 anos e meio. Nós estamos reduzindo essas etapas para seis e esperamos que no máximo em 4 meses o agricultor possa ter acesso à terra, à sua propriedade rural. Esse decreto já foi assinado pela Ministra Tereza Cristina, está agora no Ministério da Economia e deverá ser



assinado pelo Presidente da República em breve, dando agilidade ao processo, desburocratizando o trâmite. Assim, daremos aos agricultores que não têm terra a possibilidade de comprá-la por meio do Fundo de Terras e do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Também estamos criando uma linha de crédito específica para jovens com até 29 anos, priorizando os técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos. Muitas vezes, filhos de agricultores vão estudar na cidade e, ao voltarem para sua propriedade, ela já não é suficiente para produzirem. Ele quer comprar mais terra, mas não consegue, e vai para o mercado de trabalho na cidade. Nós queremos privilegiar esse público de jovens, trabalhando as questões da sucessão familiar rural e do combate ao envelhecimento no campo, de que a Jane falou, que também é importante para nós.

Para finalizar — já encerrou o meu tempo —, quero só dizer que o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, de que o Deputado Zé Silva falou, já está rodando internamente. Nós estamos testando o sistema e vamos colocá-lo na rua ainda este mês, para fazer um projeto-piloto com o Distrito Federal. Vamos testar todo o sistema para que possamos estendê-lo ao País.

Na semana passada, nós cancelamos 126 mil DAPs físicas, que foram as que sobraram da auditoria do Tribunal de Contas da União, e 280 DAPs jurídicas. Estamos com uma importante lupa de fiscalização da emissão das declarações de aptidão da agricultura familiar, para que esta política pública seja efetivamente correta e séria e seja acessada por aqueles que têm direito. Isso, para nós, é importante.

Quando o cadastro entrar em funcionamento, nós acreditamos que vamos ter um período de transição. Ele vai se conectar com outros cadastros governamentais, inclusive o CAR e o CNIS, o que dará mais segurança para que os agricultores familiares possam acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Eu teria mais questões, Presidente, mas encerro aqui a minha fala. Mais uma vez, agradeço em nome da Ministra Tereza Cristina. Quero dizer que estamos à disposição e agradecemos muito a sua participação nas nossas reuniões, quando viemos buscar subsídios para o Plano Safra deste ano. Agradecemos à CONTAG, que tem se reunido sistematicamente conosco, à CNA, que também trouxe as suas propostas, e à Frente Parlamentar da Agropecuária, que também participou efetivamente.



Nós acreditamos que, no dia 18, a Ministra e o Presidente farão o anúncio de um bom Plano Safra para a agricultura brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Secretário. Nós agradecemos a sua participação e sua explanação.

O Brasil está em construção, e todos os programas têm que ser aperfeiçoados. Mas, com relação à suspensão de DAPs que V.Exa. colocou, nós estivemos, ontem, com o Ministro André, do TCU, com uma preocupação: o que estiver irregular tem que ser suspenso, mas entendemos que algumas DAPs foram suspensas de forma irregular.

Quero registrar a presença do nosso colega Deputado Zé Mário, de Goiás, e do Deputado Santini, do Rio Grande do Sul. Eu estou aprendendo os nomes. Ainda estou no meu primeiro mandato. São 513 Deputados, e eu prometo que ainda chego lá.

Nós temos aqui o nosso convidado. Mas, como os Parlamentares têm prioridade, eu passo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, que tem defendido, com ênfase, a questão da agricultura no Brasil como um todo.

Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queridos debatedores deste tema, para nós, há quase tudo a fazer.

Minhas primeiras palavras são: nós da Frente Parlamentar, diferentemente do discurso fácil, do *"eu sou contra porque sou contra"*, fomos para um debate interno, buscar, na reforma da Previdência, os números de impacto da aposentadoria da agricultura familiar, dos agricultores nessa condição. Nós fomos discutir em cima dos números e chegamos claramente à conclusão de que, se a pessoa que envelhece tiver, aos 50 anos ou 55 anos, qualquer tipo de apoio de política pública, ela continua desempenhando suas funções muito além dessa idade, gerando riqueza para o País. Então, colocá-la na condição de aposentada aos 65 anos era certamente um equívoco neste momento.

A Frente Parlamentar pediu a retirada dos agricultores da reforma da Previdência e conseguiu essa retirada. Eles não estão na reforma da Previdência. A diferença é que nós agimos por dentro. Nós, na verdade, queremos um Brasil que dê certo e não fazemos um discurso contrário a tudo, para, depois, levar para rua o triunfo da vitória, como se nós fossemos os protagonistas dela. Internamente, nós estamos tentando resolver o que tem que ser resolvido. E essa certamente foi uma grande vitória.



As outras questões estão muito mais ligadas à forma como é tratada a agricultura. Havia um discurso construído de que tínhamos, por obrigação, de criar o conflito fictício, que o conflito fictício precisava ser criado. Então, nós temos que criar o conflito do meio ambiente com o agronegócio, que, obrigatoriamente, têm que ser adversários. Não interessa se eles não são adversários, eles têm que ser. O negro e a população branca têm que ser adversários; o índio e a população branca têm que ser adversários e não podem ser parceiros de jeito nenhum; o meio ambiente e o agronegócio têm que ser adversários de qualquer forma.

Meu amigo, em tudo isso, as políticas são absolutamente complementares. Essa é uma guerra fictícia, porque separar esses molhos da sociedade significa apropriar-se deles para ter resultados eleitorais. Eu faço um punhado de minorias; assenhorar-me das minorias; continuo sempre falando em nome das minorias; as minorias continuam pobres e oprimidas; e eu vitimo as minorias em nome dos outros. Não ter compreensão disso é um equívoco para nós. Nós temos que tratar disso agora, na construção de consensos, de diálogos, de convergência. Isso nós precisamos fazer.

Alguns conceitos são importantes. O primeiro deles é que existem centenas, milhares de assentamentos. Alguém poderia me informar por que um assentado, em 15 anos, não tem direito a um pedaço de papel que diga que ele pode chamar de seu aquele pedaço de chão? Raciocinem sobre isso. Será que quem estava por trás disso não queria exatamente aquela pessoa presa a esse limite? *"Tu estás morando aí, mas tu dependes de mim, porque a tua relação de dependência é a minha garantia eleitoral."*

Nós agora temos que dar a essas pessoas o título definitivo. Ontem, o Deputado Lucio Mosquini instalou a Frente Parlamentar da Reforma Agrária, para dar título fundiário a elas, um título definitivo, uma escritura pública e um registro, um papel pelo qual ele possa chamar aquele pedaço de chão de seu. E o Deputado deu um exemplo magnífico, de um cidadão que pega um pedaço de chão, 240 hectares no caso da Amazônia — é isso que eles têm, é o módulo deles —, e tira um financiamento do BASA. Com esse papel, ele pode, na verdade, tirar até 1 milhão de reais, mas vamos falar em 500 mil reais. Aí ele compra 300 novilhas. Ele tem 3 anos de carência e 8 anos para pagar, com juros de 5%. Na primeira parcela, ao final de 3 anos, ele vai pagar 72 mil reais. As 300 novilhas já devem ter produzido alguma coisa, em torno de 240 bezerros. Quando chegar ao final de 3 anos, com a produção de 1 ano, ele paga a parcela e se inclui completamente no processo produtivo



a partir de então, como dono. Mas sabem como está lá hoje? Ele tem esse módulo, mas não consegue o financiamento do BASA coisa nenhuma. Nunca! Ele nunca teve o papel na mão.

Na verdade, talvez nós tenhamos condição de aumentar a nossa produção agrícola só com esse modelo de dar propriedade às pessoas, num volume que pode chegar a 40% ou 50% do valor total da nossa produção hoje. Isso seria feito só com esta ferramenta: dar o título de propriedade a quem é seu dono.

Mas é só isso? Não, é claro que não. No manejo, meu ilustre Deputado Vilson, aconteceu o seguinte: eu precisava de uma tropilha de militantes, então, eu peguei um cara urbano, como da Grande Bagé ou de Aceguá, coloquei-o no Pampa, naquele frio de 4 graus negativos, onde ele botou uma casinha. O cara nunca plantou um pé de couve na vida, ele é militante político e nunca havia ido lá. Em contrapartida, o peão de estância, que foi demitido da fazenda, está morando na periferia da cidade, numa casinha alugada, num terreno de alguns metros quadrados. Ele tem vocação para a terra porque viveu nela a vida inteira, mas não teve acesso à terra porque não é militante. E o critério para ocupar essas terras era ser filiado a um movimento desses ou coisa parecida.

Isso não tem nada de republicano, não tem critério. As pessoas não foram colocadas lá porque mereciam, elas não tinham vocação para nada. Quando eles pararam de pagar o cesto básico, aquela muxiba que eles distribuíam, o cara foi embora. E está lá a casa no meio do nada, no Pampa, abandonada. Mas o cara ficou 10 anos em cima daquela propriedade e não plantou um pé de goiaba. Não existe nada em volta. Está tudo pelado, completamente pelado. Não existe nada.

Então, essa é uma política completamente equivocada. Reforma agrária não é só dar terras para as pessoas, tem que ter escola, tem que ter transporte, tem que ter viabilidade econômica, tem que fazer um estudo da situação, para saber o que é viável e o que não é para aquela propriedade, tem que ter estradas e mais uma série de coisas, tem que ter política pública, para poder dar dignidade àquelas pessoas. Só que isso não foi dado de propósito. Eles tinham que fazer esse atropilho de propósito, para andar no asfalto com uma bandeira, fazendo campanha.

Nós não queremos ninguém fazendo campanha. *"Faças campanha para quem tu quiseres e onde tu quiseres. Eu quero é que o Estado brasileiro te olhe como cidadão e te dê o direito de, com teu cabo de enxada, produzires o que tem que ser produzido na tua*



lavoura, que ele dê dignidade às pessoas." É isso que nós estamos querendo. Não é pedir demais. Eu tenho certeza de que não é.

Tem mais: conceitos de pequeno produtor. Existe uma série de palavras que eles colocaram na nossa cabeça, inclusive nas novelas. Em 15 anos, 20 anos de novelas entrando na nossa cabeça, eles conseguiram botar o que quiseram de conceito, e o que não tem fundamento ficou fundamentado. O que tu achas que traduz o conceito "pequeno produtor". Quem é o pequeno produtor? É o produtor que produz pouco. Mas quem te disse que o destino dele é produzir pouco? Nós não temos que tratar o pequeno produtor, nós temos que tratar o pequeno proprietário, porque é o tamanho da propriedade que diz o que tem que ser feito nela para o proprietário ser um grande produtor. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existe gente com 14 hectares que é um grande produtor de aves, que tem milhares de aves. Ele é um pequeno proprietário, mas não é pequeno produtor. O produtor de leite, por exemplo, tem que ter uma produção, tem que ser um grande produtor em uma pequena propriedade. Então, temos que tirar o conceito de pequeno produtor e ir para o de pequeno proprietário. O pequeno proprietário tem que virar grande produtor na sua atividade, senão ele tem que ir embora da terra, porque ela não rende o suficiente para ele sobreviver.

Por último, nós vamos certamente fazer, agora no segundo semestre, como já falamos com a Ministra Tereza Cristina, o encontro dos Secretários de Agricultura de todos os Municípios do Brasil com todos os Secretários de Agricultura de todos os Estados, com todas as empresas de pesquisas, a EMBRAPA e todas as privadas, todas elas, com o Ministério da Agricultura e com todos os elos da cadeia produtiva do agro e da agropecuária brasileira. Nós vamos fazer, sim, uma polícia agrícola nacional. Não dá para fazer política agrícola por retalhos. Na hora em que o cara tem sede, eu boto água; se ele precisa de semente de milho, eu dou uma sementinha; daqui a pouco, é isto; daqui a pouco, é aquilo. Não, eu preciso saber onde está o cidadão. Tem que haver uma política contínua, uma correia de transmissão. Um dente tem que conversar com o outro, senão nós não temos nada.

Para fazer isso, talvez não se precise tanto do técnico agrícola ou do assistente, talvez se precise de conectividade. É preciso colocar Internet para esse povo dos lugares mais longínquos do Brasil, para ele ter acesso à tecnologia, à produção, à inovação. Ele precisa ter acesso a isso.



A Frente Parlamentar da Agropecuária, que eu tenho a honra de presidir, com os bravos colegas que estão lá, está à disposição para produzir a regulamentação legal necessária e com absoluta segurança jurídica, para que o cidadão brasileiro tenha direito a fazer o planejamento da sua vida por um período de no mínimo 10 anos, sabendo o que o Estado pode lhe oferecer como condição para a conquista da sua cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Eu gostaria, Deputado Alceu Moreira, de falar que também tenho essa preocupação que V.Exa. coloca. Eu sou um agricultor familiar.

Quero deixar registrado que foi aprovado, nesta Comissão, um requerimento meu para nós fazermos uma audiência sobre reforma agrária no Brasil. Eu concordo com muita coisa que V.Exa. colocou. Nós precisamos desmitificar e não ficar batendo cabeça.

Então, em virtude de um requerimento de minha autoria, faremos uma audiência para debater essa questão no dia 4 de julho, às 9h30min, nesta Casa. Não podemos fugir do debate. Nós vivemos num Estado Democrático de Direito e temos que ter diálogo para chegarmos a uma convergência.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Aliás, esse é o papel desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Totalmente. Obrigado.

Eu consulto o Deputado Benes Leocádio se gostaria de falar neste momento ou se pode ouvir mais um Deputado. Estamos aqui com o Deputado Jose Mario Schreiner, que é o Presidente da Frente, e temos os convidados para fazerem as exposições. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Jose Mario Schreiner. Depois falará o Deputado Benes.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO) - Obrigado, Deputado Wilson, que preside esta reunião e também é um dos autores do requerimento de realização desta audiência, assim como o nobre Deputado Heitor Schuch.

Quero cumprimentar todos os convidados que estão aqui; o Ministério da Agricultura; o nosso amigo Aristides, da CONTAG; o meu colega Zé Vieira, Presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte; os demais Deputados e Deputadas; e o Deputado Alceu Moreira, nosso Presidente da FPA — Frente Parlamentar da Agropecuária.

Quero dizer aqui, Presidente Alceu Moreira, do trabalho da FPA, que foi a primeira instituição que abraçou e realmente entrou, por dentro, no debate da questão da



aposentadoria rural. Sempre fomos procurados pela classe trabalhadora rural e também por outros, por causa do BPC, e fechamos questão sobre isso desde o princípio.

Também quero colocar que o meu partido, o Democratas, fechou questão em relação à aposentadoria rural.

Por que eu digo isso? Porque sou filho de pequenos produtores em Santa Catarina. Nasci em Santa Catarina, como todo mundo sabe, mas escolhi Goiás para viver, e Goiás me acolheu. Jamais poderia virar as costas para a minha origem. Eu tive a oportunidade de ver a minha mãe dar à luz minha irmã mais nova. Nós somos 7 irmãos. A minha mãe carregou o trato para os animais às 4 horas da tarde e, à noite, deu à luz minha irmã caçula — eu tinha 11 anos ou 12 anos — em casa, com o auxílio de uma parceira.

Eu acho que jamais podemos perder a nossa essência e o nosso princípio. Por isso, eu tenho a convicção de que o trabalhador rural precisa manter o *status quo* em razão da dificuldade que enfrenta.

Também quero aqui fazer coro com o Deputado Alceu Moreira. Como Secretário de Estado da Agricultura, que já tive oportunidade de ser em Goiás, como Presidente da Federação da Agricultura e Vice-Presidente da CNA, quero reafirmar aquilo que o Deputado Alceu colocou aqui muito bem: é chegado o momento de nós unirmos o Brasil. Eu acho que todos nós somos irmãos brasileiros, irmãos índios, irmãos negros, irmãos em pequenas propriedades, em médias propriedades, em maiores propriedades.

Sempre na vida pública e também institucional, Zé Vieira, tenho discutido muito que precisamos tratar as pessoas como uma mãe trata os filhos. Se você tem um filho maior de idade, de 21 anos, de 23 anos ou 25 anos, ele precisa de uma determinada atenção; se você tem um filho adolescente, de 15 anos ou 17 anos, ele precisa de outra determinada atenção dos pais; e, se você tem um filho menor de idade, de 1 ano, 2 anos ou 6 meses, é claro que a mãe tem que lhe dar uma atenção muito maior.

Assim eu enxergo e vejo, Fernando, Secretário da Agricultura Familiar, que as políticas públicas devem ser desenvolvidas. Jamais se deve colocar as classes uma contra outra, porque, sem dúvida nenhuma, isso não traz benefícios a ninguém, quem perde com isso é o nosso País.

Portanto, é chegado o momento de todos nós olharmos aquilo que queremos. Eu não me conformo e também não me acomodo quando vejo os dados do Censo do IBGE. Muitas vezes, nós não conseguimos extrair, estratificar o real resultado da agropecuária no Brasil,



do Censo Agropecuário. Mas, quando você contrata uma Fundação Getulio Vargas, busca os microdados e faz os cruzamentos, você vê, numa ponta, que 85%, 87% ou até 90% dos produtores rurais do Brasil detêm apenas 10% da produção, enquanto que, na outra ponta, 10% ou 15% dos produtores detêm 85% ou 90% da riqueza do campo. Nós não podemos nos conformar com isso. E aqui eu tenho que fazer jus ao que o Deputado Alceu Moreira colocou: precisamos transformar essas pequenas propriedades e ter, dentro delas, grandes produtores. Com isso, vem a regularização fundiária, vem a assistência técnica.

Eu fico muito triste ao ver que as pessoas da cidade olham o morro e acham que, atrás dele, não existe ninguém, só existe bicho e mato, quando lá existem produtores em pequenas propriedades. Mas, infelizmente, o setor público não enxerga essas pessoas, não acha essas pessoas. E quem acha essas pessoas? Os fiscais do meio ambiente, os fiscais do IBAMA, os fiscais do Trabalho, que chegam para desestimulá-las e, claro, fazer com que elas migrem para as cidades.

Aqui eu quero parabenizar todos por este importante debate. É chegado o momento de nós amadurecermos e olharmos para esses pequenos produtores, essas pequenas propriedades, esses trabalhadores rurais, para que eles possam ter uma vida digna, com regularização fundiária e assistência técnica.

Eu sempre defendi, Fernando, que a questão do crédito dissociado da assistência técnica é fatal. Com isso, nós vamos fazer com que o produtor tenha o CPF sujo, alijando-o do crédito. Por isso, o crédito rural brasileiro hoje não cobre mais do que 35% da produção do nosso País. Essa é uma realidade. Nós temos que imaginar como construir isso.

Aliás, registro o esforço total da FPA na aprovação do PLN 4. É claro que nós sabemos que se precisa de recursos para pagar os aposentados e para a educação. Mas, acima de tudo, dentro do PLN 4, estavam os recursos para se equalizarem os juros do crédito rural, seja para a agricultura empresarial, seja para a média agricultura, seja para a agricultura familiar.

Eu acho que agora, Presidente Alceu Moreira, passado o lançamento do Plano Safra, que esperamos para terça-feira, nós temos que dar os braços e construir um plano plurianual para que toda a agricultura brasileira possa estar contemplada.

Parabéns a todos vocês e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Deputado Jose Mario e Deputado Alceu Moreira, eu sou aposentado como trabalhador rural, porque é um direito.



Eu comecei a trabalhar na roça muito criança, muito jovem. Eu já tenho os meus 62 anos e não vou ter direito nesta Casa aqui, o meu direito é apenas de um salário mínimo.

Eu quero, como agricultor familiar, trabalhador e já aposentado, agradecer, em nome de todos os camponeses do nosso Brasil inteiro, por essa compreensão de manterem a aposentadoria dos rurais aos 60 anos para o homem e aos 55 para a mulher, assim como o BPC. Essa não é só uma questão econômica, é uma questão social também. Ela impacta 60% dos Municípios do Brasil inteiro, como foi colocado pela primeira expositora, a Dra. Jane.

Estão aqui o nosso Deputado Heitor Schuch, o nosso Deputado Estadual Elton, do Rio Grande do Sul, que sabem da importância dessa questão. Por isso, nós esbravejamos e lutamos muito.

Então, em nome de nosso povo, recebam o nosso muito obrigado.

Quero registrar também a presença do Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura Familiar, do MAPA, o Sr. Ewerton Giovanni dos Santos. Agradeço e peço desculpas, porque ele já estava aqui.

Eu passo imediatamente a palavra ao nobre Deputado Benes Leocádio, do Rio Grande do Norte.

O SR. BENES LEOCÁDIO (PRB - RN) - Deputado Wilson, muito obrigado.

Minha saudação aos demais membros da Mesa, aos conferencistas desta audiência pública e aos colegas Deputados que me antecederam, o Deputado Alceu e o Deputado Jose Mario.

Quero também registrar e agradecer a presença do nosso conterrâneo Zé Vieira, Presidente da Federação da Agricultura do nosso Estado do Rio Grande do Norte, com quem eu debati e discuti alguns desses assuntos que ora ouvimos nesta Comissão.

Sou debatedor e reconhecedor dessa situação, porque, como dizia o meu colega Deputado Jose Mario Schreiner, aqui do Goiás, o meu pai também é agricultor e mora, hoje ainda, na sua propriedade, lá no sertão central do Cabugi, no Rio Grande do Norte. Todos os dois, o casal, foram aposentados como trabalhadores rurais.

Eu sei da preocupação não só nossa, que estamos aqui no Parlamento, mas também do Nordeste como um todo, porque alguns venderam ou ainda vendem a reforma da Previdência como uma coisa ruim para a atividade rural. Assim como outros partidos, no meu partido, o PRB, nós fechamos questão enquanto bancada e decidimos propor a



exclusão do trabalhador rural da reforma da Previdência, o que, de pronto, foi aprovado por todos.

Nós discutimos os demais temas, mas, Deputado Vilson, como V.Exa. falava, sabemos da importância que tem para a economia dos pequenos Municípios a aposentadoria do trabalhador rural. Eu fui Prefeito da minha cidade, Lajes, por algumas vezes, e sei disso, sempre acompanhei isso. Ao final do mês, as receitas transferidas para os aposentados da Previdência Social são muito maiores do que o Fundo de Participação dos Municípios. Isso não é diferente das demais regiões do nosso País. Eu tenho certeza de que nesse momento é responsabilidade de todos nós Congressistas lutarmos para que isso continue sem alteração ou sem prejuízo para aqueles que ainda vão acessar à aposentadoria da Previdência Social.

Quero aqui trazer também a nossa preocupação, como já falaram aqui os Deputados que me antecederam, relativa ao crédito para quem está no campo hoje. Deputado Vilson, sei muito bem que, com a limitação do PRONAF ou com algumas linhas de financiamento, a nossa condição era mais acessível, digamos assim, mais fácil. Mas para quem tem uma propriedade de maior porte, como dizia aqui o Presidente Alceu, mesmo na sua produção ou no seu resultado ao final do ano não tendo lucratividade nenhuma, não existe facilidade de crédito para que o produtor permaneça lá na propriedade, às vezes, até gerando empregos. Em quantas propriedades, no Nordeste e em outras regiões do País, víamos dois, três ou quatro moradores ou trabalhadores sobrevivendo junto àquele proprietário no campo. Conheço isso desde os tempos dos meus avós. E hoje já não vemos isso mais. Há apenas o dono da propriedade sobrevivendo lá com a sua aposentadoria ou a do seu cônjuge.

Essa a preocupação que trazemos aqui. Torcemos para que o Governo possa ver a questão das linhas de financiamento, seja através do Banco do Nordeste, como temos hoje o Fundo Constitucional do Nordeste, o FNE, e possamos acessar esses recursos. Hoje pela manhã, inclusive, participamos no Palácio do Planalto do lançamento de crédito para as entidades que fazem o atendimento à saúde, via Santas Casas ou entidades filantrópicas, que não tinham acesso a esse crédito e passaram a ter.

Então, espero que esta Comissão e nós que aqui estamos também possamos lutar pelo crédito para o homem que ainda hoje vive no campo e também pelo apoio à estrutura para esses instrumentos produtivos no tocante à aquisição de máquinas perfuratrizes lá



para o Nordeste. Sabemos que os organismos que representam Estados que convivem com a seca, como a SUDENE, a CODEVASF, o DNOCS, estão extremamente sucateados, ou seja, sem equipamento para atender a algum interessado, ou um Município, ou um produtor.

Há pouco discutíamos com o Presidente Zé Vieira aqui de que forma podemos fazer, através do nosso mandato, o apoio para aquisição dessas máquinas perfuratrizes, de dragas para desassoreamento de rios, como é o caso do Vale do Ceará-Mirim e do Rio Punaú, lá no Rio Grande do Norte, cujas associações lutam por isso.

Outro ponto importantíssimo, nobre Presidente Vilson, é a questão da segurança no campo. Deixo como sugestão para esta Comissão que possamos discutir, com o Ministério da Justiça, o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, da ordem de 1 bilhão e 800 milhões, que, infelizmente, hoje estão contingenciados, fruto daquela PEC do Teto dos Gastos, que limita a liberação desses recursos.

Eu já estive lá no Ministério da Justiça este ano cobrando essa providência. O Ministro Moro me dizia que em torno de 1 bilhão e 100 milhões estão hoje dependendo de uma decisão do Ministério da Economia para descontingenciar esses recursos. A minha sugestão é que os Municípios possam acessar esses recursos para adquirirem patrulhas rurais para melhorar a segurança pública no campo.

Cito aqui um exemplo do Rio Grande do Norte, onde hoje há uma inquietação, um temor, um medo enorme de os proprietários permanecerem à noite nas suas fazendas, porque sempre são surpreendidos por bandos e quadrilhas fazendo verdadeiros arrastões. Muitos proprietários permanecem durante o dia na sua propriedade e à noite têm que se dirigir à casa de um familiar ou de alguém na zona urbana para ver se podem dormir, pelo menos, sossegadamente.

Então, Presidente, nobre Deputado Vilson, trago aqui também essa sugestão. Que nós possamos fazer gestão, não só o Ministro da Justiça, como também o Ministério da Economia, para que esses recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública possam ter uma desburocratização e ajudar as Prefeituras, através da Guarda Municipal, a ter esses equipamentos para dar um suporte às Polícias Civil e Militar, oferecendo segurança pública no campo, o que não vemos hoje com facilidade no Nordeste.

Deixo registrado os meus parabéns por este debate. Que possamos trazer aqui a nossa contribuição.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Deputado.

Estamos juntos. A Frente está aqui para atendê-los e ajudar a resolver os problemas.

Registro a presença do Deputado Tito, da Bahia. Eu queria passar a palavra depois a S.Exa., para não sermos deselegantes com os nossos convidados.

Registro também a presença do Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte, o Sr. José Vieira. Muito obrigado por ter vindo. Desculpe-me estar anunciando o seu nome agora. O senhor chegou com esse brochinho, e eu achei que era Deputado. Pensei: *"Qual o nome desse Deputado? Eu ainda não o vi no plenário"*.

O SR. BENES LEOCÁDIO (PRB - RN) - Ainda não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Bom, eu passo agora a palavra à Sra. Manuela Santos, que representa a Fundação Getulio Vargas.

A SRA. MANUELA SANTOS - Bom dia. Eu queria, primeiro, agradecer o convite para estar aqui compartilhando nossa experiência com a agricultura familiar. Espero contribuir para o debate. Fico muito feliz de falar depois de ouvir do Secretário Fernando Schwanke algumas novidades e iniciativas que inclusive estão bem alinhadas com coisas que propomos aqui no nosso trabalho.

Em primeiro lugar, eu vou me apresentar brevemente aqui. Eu represento o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas. Nós somos hoje um dos maiores centros da escola de administração de empresas. Existimos desde 2003. Temos cerca de 60 pesquisadores trabalhando em temas como mudança do clima, desenvolvimento local — há programas de formação também, estamos dentro de uma universidade —, serviços ecossistêmicos, finanças sustentáveis e cadeias de valor, cujo projeto eu faço a coordenação, onde o projeto Bota na Mesa se encaixa.

Por que trabalhamos nessa cadeia específica da produção de alimentos e com esse ator agricultura familiar? Entendemos que o agricultor familiar é um ator super-relevante dentro da cadeia de produção de alimentos e que tem uma vulnerabilidade muito grande. A cadeia de alimentos, com todo o seu potencial ambiental, social e de geração de empregos, é uma cadeia estratégica dentro do tema de sustentabilidade. Por isso, estamos atuando com essa agenda.

(Segue-se exibição de imagens.)



Desde 2015 o Bota na Mesa atua, com um grande objetivo, que é promover a inclusão da agricultura familiar, levando em consideração todos esses aspectos: conservação ambiental, segurança alimentar, comércio justo.

Como temos feito isso? Nos primeiros 2 anos de trabalho, trabalhamos muito em campo, perto dos agricultores. Então, com um grupo de nove cooperativas de produtores familiares em São Paulo e no entorno, produtores de frutas, legumes e verduras, fomos trabalhar para apoiá-los no acesso ao mercado, entendendo que uma grande dificuldade desse grupo de produtores é o acesso ao mercado, em especial, no relacionamento com canais de comercialização, como o varejo e indústria.

O que fizemos? Selecionamos um grupo de cooperativas que representam mais de 60 famílias. Com eles, construiu-se o plano de ação para que eles pudessem acessar os mercados desejados. Então, fomos entender quais eram os desafios deles de comercialização, de planejamento de produção, de colocação dos seus produtos no mercado. Uma vez construídos esses planos de ação, nós os ajudamos a implementá-los, fazendo toda a articulação que precisava ser feita com os atores, representantes dos canais de comercialização, enfim, representantes de Governo, para que os produtos deles pudessem ser comercializados.

Após 2 anos de trabalho, percebemos — primeiro, que não somos extensionistas; somos centro de estudo, que trabalha de maneira mais macro, olhando para os temas relevantes — que havia alguns temas na cadeia de alimentos que precisavam ser resolvidos e que não iriam ser resolvidos somente via comercialização. São aspectos de contexto social do País e aspectos ambientais que afetam a inclusão do agricultor familiar, mas que não estão diretamente ligados à comercialização. E, junto de um grupo de atores — vou falar um pouco de como é a nossa forma de trabalhar, como chegamos a isso —, priorizamos alguns temas da cadeia de alimentos para trabalhar sobre eles, olhar quais eram os desafios e construir diretrizes públicas e empresariais para a inclusão da agricultura familiar, a partir do olhar para esses temas.

Em 2018 trabalhamos com os temas de: relações de consumo, olhando para a formação de preço, para o modo como se dão os contratos, para a transparência na cadeia, para os aspectos de rastreabilidade; juventude na agricultura, entendendo que a sucessão rural é super-relevante — as cooperativas com as quais trabalhamos estavam envelhecendo, os filhos não queriam mais trabalhar, por uma questão de renda e por todos



os desafios que a produção colocava, iam trabalhar na cidade, em outros empregos —; e infraestrutura e tecnologia, abordando questões como conectividade no campo e acesso do agricultor familiar às tecnologias de que ele precisa para produzir, aí falando de crédito, conhecimento e diversos aspectos.

Em 2018 trabalhamos muito fortemente nesses temas, com um grupo de trabalho composto por especialistas. Eu vou falar um pouco sobre como se deu isso e quem participou. E neste ano estamos trabalhando dois temas super-relevantes também, que foram inclusive aqui mencionados. Um deles é a mudança do clima, entendendo que o pequeno agricultor é muito vulnerável às mudanças do clima que já estão acontecendo e precisa se adaptar. Precisamos pensar como isso deve ser feito, se ele precisa de crédito, de conhecimento. Mais uma vez estamos nos aprofundando nesse tema, entendendo também o pequeno agricultor com o seu relevante papel na mitigação das mudanças do clima. Então, com suas práticas produtivas, ele tem esse potencial de capturar carbono e reverter esse processo.

Outro tema que nós estamos trabalhando ainda neste ano é transição agroecológica, entendendo que existe uma necessidade de transformar a base produtiva, que hoje se dá de maneira convencional, dependente de insumos químicos; que há uma demanda de mercado também por produtos agroecológicos, de base orgânica; e que o pequeno agricultor, para atender a essa demanda, mais uma vez tem seus desafios, precisa de apoio, precisa de crédito e de conhecimento.

Esses são os temas que vimos trabalhando. Vou contar um pouco como foi a nossa forma de trabalho, uma vez que definimos os temas prioritários, partimos para discussões em grupo, em que participaram representantes de Governo, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, da Secretaria de Educação, principalmente os responsáveis pela compra da alimentação escolar. Participaram representantes de grandes empresas varejistas e da indústria de alimentos. Os próprios agricultores com quem trabalhamos nos primeiros anos de projeto participaram desses grupos de trabalho, para, então, discutirmos esses temas e ver o que precisava ser feito em cada um deles, tanto no sentido de políticas e práticas empresariais quanto na formulação e implementação de políticas públicas. Agora estamos em um momento de levar essas diretrizes que foram criadas — vou falar um pouco mais sobre elas



— para implementação, para que elas cheguem de fato à ponta e tenham como resultado a inclusão do agricultor familiar.

Este é um panorama do perfil dos grupos de trabalho. Mais de 120 representantes de 80 organizações governamentais — como eu disse, representantes de institutos de pesquisa, de novas empresas e organizações da sociedade civil — trabalharam nessa construção. E o resultado dessa construção, que traz uma diversidade de olhares, de realidades, e que abarca inclusive o ponto de vista dos desafios do próprio agricultor, é um conjunto de diretrizes. Isso está disponível em um *site*, depois eu posso passar o *link* para os senhores acessarem. São diretrizes muito práticas, que vêm de uma construção que abarca uma diversidade de olhares e nas quais podem se basear tanto quem está lá na ponta, implementando políticas públicas, formulando políticas públicas, quanto pessoas que estão ligadas à compra da agricultura familiar e a relacionamento do ponto de vista privado, de mercados, representantes de varejo, tomadores de decisão, das empresas que fazem parte da cadeia de valor da alimentação.

Procurei destacar nesse documento que nós trouxemos algumas diretrizes que acho que fazem sentido para a discussão. Trabalhamos em três temas e, aprofundando, dentro de cada tema temos aqueles que consideramos os elementos essenciais. Quando falamos em relações de consumo, que é o primeiro tema, o que precisamos verificar? Acesso a alimento saudável para toda a população; relações transparentes e disponibilidade de informações; e valorização das especificidades da agricultura familiar. Para cada um desses elementos, há uma série de ações, tanto para empresas quanto para Governos.

Entramos aqui em ações mais específicas ainda, e eu destaco, dentro do item "valorização das especificidades da agricultura familiar", a questão de adotar práticas comerciais e de relacionamento justas, que levem em consideração a realidade do produtor. Nós vemos, muitas vezes, em uma negociação de contrato com o varejo, por exemplo, que o pequeno produtor tem muito pouca margem de negociação, o que acaba prejudicando muito a renda dele. Uma das ações que sugerimos, por exemplo, é: por que não gerar benefícios fiscais para empresas que comprem direto da agricultura familiar? Então, uma empresa que seguiu uma diretriz de compra, parecida com o PNAE, poderia ter alguma forma de benefício.

Outra sugestão que trazemos, que é super-relevante no que se refere a promover formas de acesso direto ao mercado — nós sabemos que muitas vezes o agricultor fica na



mão de intermediários, e isso prejudica muito a sua renda —, é garantir a continuidade de programas como o PNAE e o PAA, que hoje têm um papel fundamental. Nós rodamos muito por aí, conversamos muito com os agricultores e vimos que o PNAE e o PAA tornaram-se uma espécie de poupança para esses agricultores, porque é um mercado garantido, que tem um preço justo. E por que não expandir isso para outras modalidades de compras públicas?

Dentro do outro tema, infraestrutura e tecnologia, alguns dos elementos essenciais que eu destaco são: tecnologias adequadas à realidade da agricultura familiar — muitas vezes, o tipo de tecnologia que o pequeno agricultor precisa não é aquele que está disponível no mercado, ele tem uma atividade em uma propriedade de menor porte, então é preciso ver quais são essas tecnologias; demanda e oferta qualificada de recursos financeiros — não basta ter crédito, é preciso que esteja adaptado à realidade dele também, e eu fiquei muito feliz em ouvir sobre o PRONAF Produtivo Orientado, porque isso faz muito sentido, pelo que vimos por aí; e um apoio técnico para adoção de novas tecnologias — vimos, muitas vezes, alguns agricultores que conseguiram crédito, compraram equipamento, mas que não conseguiram colocá-lo em uso, porque não tinham conhecimento da utilidade daquele equipamento.

Dentre diversas ações, eu destacaria como relevante para o debate aqui a facilitação da contratação de crédito e seguro rural. O documento apresenta uma série de ações, que eu mencionarei para vocês. Uma delas é incentivar a adequação de exigências documentais. Muitas vezes, os agricultores não conseguem ter os documentos necessários para acessar o crédito, para acessar o seguro, e acabam ficando à margem desse sistema. Nós trazemos inclusive alguns exemplos, como o PRONAF Simplificado, que o SICOOB já tem. Outras ações são: criar sistemas de garantia que sejam adequados também ao contexto do agricultor, que levem em conta a produção dele e o que ele pode trazer de garantia, porque muitas vezes nem a terra ele tem como garantia; ampliar linhas de crédito assistido — mais uma vez, superalinhado com a retomada do PRONAF Produtivo Orientado; capacitar as cooperativas e associações para que elas sejam quem vai dar o crédito para os agricultores, para que elas sejam esses agentes de crédito — nem todas estão prontas para isso, mas nós vimos exemplos de algumas que já fazem isso e têm muito sucesso, porque, dentro da cooperativa, da associação, eles conhecem os agricultores, eles já sabem como é a realidade, conseguem fazer um diálogo da mesma



forma, porque, às vezes, o agricultor não quer chegar a um banco e conversar com o gerente, que não fala a mesma língua que ele está falando; e garantir que o Zoneamento Agrícola de Risco Climático contemple as culturas daquele local, que muitas vezes atrapalham o agricultor a receber o seguro que ele precisa.

Por último, um tema super-relevante que nós trabalhamos é a questão da juventude na agricultura, porque vemos que há um grande problema de evasão do jovem do campo e há necessidade de algumas políticas públicas para que o jovem, de fato, tenha vontade de ficar no campo produzindo.

Algumas das estratégias são a atração de jovens para o campo e a sucessão rural; o empreendedorismo e a diversificação de renda, para que o jovem fique no campo, mas a renda dele não necessariamente seja somente da produção, ele possa ter um turismo rural na propriedade, ele se engaje em outras atividades que sejam mais atraentes; e também vemos o jovem com um protagonismo muito forte na questão da inovação e conservação ambiental, o que, muitas vezes, é um estímulo para que ele queira ficar no campo, trabalhando com outras formas, com sistemas agroflorestais, com orgânicos, e acesse outros canais.

Uma das diversas ações que gostaríamos de sugerir é garantir a participação de jovens e de mulheres em espaços de decisão. Muitas vezes a mulher se sente afastada, muitas vezes não é um ambiente que favorece a presença da mulher. E por que não criar ou aprimorar espaços públicos, como assembleias, comitês e conselhos, que fortaleçam esse grupo? Outra ação é criar novas linhas do PRONAF que fomentem a formação desses jovens. Por que não criar um crédito para a formação do jovem em empreendedorismo, para que ele vá estudar e continue trabalhando na propriedade dos pais, mas com uma nova bagagem de conhecimento ou outros interesses vinculados a isso?

Enfim, essa era a minha mensagem, espero ter contribuído para o debate e me coloco à disposição dos senhores para qualquer dúvida que queiram esclarecer ou temas que queiram aprofundar em aspectos do projeto. Está aí o meu *e-mail*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Nós é que agradecemos à Sra. Manuela pela sua apresentação e também por ter reduzido o seu tempo. Eu gostaria que os outros oradores, com todo o respeito, pudessem também ser mais breves, em razão do nosso tempo. Nós agradecemos.



Eu passo a palavra para o Sr. Gustavo Chianca, que representa a FAO no Brasil.

O SR. GUSTAVO CHIANCA - Serei breve, Deputado. Primeiramente, eu gostaria, em nome da FAO, em nome do nosso Diretor-Geral, Dr. José Graziano, de agradecer o convite para participar deste debate na Comissão de Agricultura. Quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, os colegas da Mesa, e parabenizar o Presidente, o Deputado Vilson da Fetaemg, e o Deputado Heitor Schuch por esse convite e por incitarem esse debate, que para a FAO é muito importante.

A FAO é um organismo das Nações Unidas que trabalha com a alimentação e a agricultura. Este ano, Presidente Vilson da Fetaemg, nós completaremos 40 anos de trabalho aqui no Brasil. Eu vou, se me permitem, fazer rapidamente uma apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

A FAO hoje trabalha em 97 países e tem as suas prioridades globais. Eu queria aproveitar esta oportunidade de estar aqui não só para falar das prioridades globais, mas também para apresentar uma contextualização da situação da agricultura e do mundo rural no mundo, para que nós possamos entender um pouco o que estamos vivendo hoje aqui.

A FAO tem cinco objetivos estratégicos. Nós vamos trabalhar principalmente dois objetivos estratégicos que dizem respeito ao debate de hoje: erradicação da pobreza rural e resiliência — tornar resiliente o agricultor e o meio de vida no mundo rural, capaz de sobreviver a catástrofes, a crises e a uma série de outros fatores.

A FAO trabalha com agricultura e alimentação. Este é o Mapa da Fome no mundo. Todos os países que estão na cor branca são os países que estão com menos de 5% de insegurança alimentar. Em 2014, o Brasil saiu desse Mapa da Fome. A FAO, na sua divisão de estatística, fez os cálculos e verificou isso. Isso é uma boa notícia. A fome no mundo estava caindo nos últimos anos. Se verificássemos o Mapa da Fome a cada ano, veríamos que o mundo estava mais branco — ou menos vermelho. No entanto, nos últimos 3 anos, nós temos tido uma notícia que não é muito boa. Esta tendência mundial da erradicação da fome no mundo foi diminuindo e essa curva passou a aumentar. Algumas explicações existem: os conflitos, a paz e as mudanças do clima.

Contextos e Desafios. Nós temos alguns desafios: um aumento da população mundial até 2050, demanda de alimentos cada vez maior, aumento esperado e exigido de 50% da produção mundial até 2050, maior intensificação da agricultura. Tudo isso é um grande



desafio que vamos ter até 2050, e a agricultura familiar tem muito a responder sobre esses desafios.

Hoje nós temos três contextos e desafios difíceis para o nosso debate aqui. Um deles é: o futuro da alimentação e da agricultura vive atualmente de vicissitudes. Que vicissitudes são essas? Mudança hoje no comportamento alimentar é muito importante. O mundo tem aumentado a sua renda, as pessoas têm mais recursos, estão mudando o seu comportamento alimentar, querem comer melhor, querem mais proteínas, querem produtos frescos. Nós temos que mudar o nosso comportamento de produção, pensar em circuitos mais curtos, pensar em agricultura familiar, aquilo que produz alimento com maior proximidade.

Outro desafio é rendimento e sustentabilidade. Numa mudança climática, o rendimento mundial da agricultura tem mudado. Como é que nós vamos reverter isso? Como é que nós vamos fazer a sustentabilidade? Nós temos diminuído a nossa biodiversidade. Para aumentar a produção, a dependência de água está cada vez maior.

E há mais um desafio: o futuro da população rural — isso já foi falado aqui em todas as apresentações. O envelhecimento, a sucessão, o jovem rural, tudo isso é um contexto e um desafio muito importante para a agricultura.

Nós temos hoje uma população cada vez mais urbanizada no mundo. Ainda nós temos 50% da população rural e 50% urbana, mas até 2050 isso vai se reverter completamente. Nós teremos uma população cada vez mais urbana. Como se dará a escolha de consumo? Nós já falamos disso, não é? Serão circuitos curtos, as pessoas quererão cada vez mais alimentos nobres.

Avanços tecnológicos. A FAO tem colocado isso, por intermédio do nosso Diretor-Geral. O conhecimento tecnológico vale muito mais do que a terra e o próprio capital. Aquele que não tem conhecimento tecnológico está fora da produção, não tem como ir, não tem como produzir.

E aí está o nosso tema: distribuição de renda, pobreza e desigualdade. Como é que nós vamos resolver isso nesta situação mundial? O estado dos nossos recursos naturais, terra e água principalmente, a mudança do clima e, no mundo em que nós vivemos, a sustentabilidade e a paz, são temas muito importantes.

A FAO tem trabalhado nessas questões com dois exemplos: diretrizes voluntárias é o primeiro deles. Muitos dos Deputados aqui presentes falaram muito claro em segurança



da terra, segurança de título de propriedade e uso da terra. A FAO e os países que a compõem criaram diretrizes voluntárias de governança da posse de terra, a pesca e dos bosques. Como é que nós vamos trabalhar isso de forma igualitária nos países, de forma que todos possam ser respeitados, todos possam ser ouvidos, o meio ambiente seja protegido, a produção seja aumentada e a produção de alimentos seja limpa? Essas diretrizes foram ratificadas pelos países que faziam parte da FAO em 2012.

Aqui fala um pouco dos objetivos dessa governança, mas a terceira parte envolve muito a agricultura familiar, não só agricultura em pequena escala, mas também pescadores, comunidade indígena, sociedade civil, setor privado e legislação, que é o que estamos fazendo aqui.

O segundo ponto em que a FAO tem trabalhado muito, nesse contexto de grandes desafios mundiais, são as diretrizes voluntárias às quais o Brasil é aderente e nas quais tem trabalhado, e o outro é o tema da agricultura familiar. Nós tivemos o Ano da Agricultura Familiar, e foi decretada, em 2017, a Década da Agricultura Familiar. Isso é muito importante, é o reconhecimento da agricultura internacional pelo sistema da ONU — e aí nós vamos entrar já no nosso segundo *slide* — como uma unidade que representa de forma contínua e desempenha funções econômicas, ambientais, sociais e culturais na economia rural mais ampla e nas redes territoriais que estão integradas. Esse contexto é muito importante, porque amplia a agricultura familiar não só como produtora de alimentos, mas também para a questão dos territórios e da vida de toda a população e o futuro do nosso planeta.

Os agricultores familiares gerenciam os sistemas agrícolas diversificados e preservam produtos alimentares tradicionais, permitem contribuir com dietas equilibradas, salvaguardam as culturas locais e a biodiversidade, geram inúmeros empregos e têm um potencial único para aumentar a sustentabilidade da agricultura e dos nossos sistemas alimentares.

Aí nós entramos com alguns dados sobre pobreza e o tema que nós discutimos. Na atualidade, as comunidades rurais estão entre os grupos mais vulneráveis. A maior pobreza hoje está concentrada no mundo rural. Talvez no Brasil seja diferente, porque nós temos uma população urbana muito grande, e já foi feita uma passagem do mundo rural para o mundo urbano muito grande, mas a maior pobreza está no meio rural. Até no Brasil, se



observarmos onde estão as concentrações dos mais pobres veremos que ela está no meio rural. São conflitos, mudanças de clima e pobreza.

A CEPAL, que é a Comissão Econômica para a América Latina, e a FAO fizeram um trabalho aqui na América Latina, em cerca de 2 mil Municípios em 14 países da região, e identificaram que 40 milhões de pessoas que vivem nesses 2 mil Municípios estão em extrema pobreza. Desses 40 milhões, 20,9 milhões estão no meio rural, vivendo no mundo rural. Dessa população de 20,9 milhões, um em cada cinco é indígena ou afrodescendente, e uma em cada cinco famílias é chefiada por mulheres. Dependendo do país, isso chega a 16% da população.

A FAO entende que mudar esse quadro de fome é preciso melhorar substancialmente a qualidade das políticas e programas dedicados a essas comunidades. Aí entra a questão da resiliência, do seguro, do PRONAF, da aposentadoria rural. Tudo isso é muito importante para que possamos não só tirar as pessoas da pobreza, como também gerar emprego. Aí entram as estratégias: uma delas é trazer os habitantes desses territórios para o mercado de trabalho e, acima de tudo, aumentar suas participações sociais. A segunda estratégia importante é permitir que a sociedade reconheça o valor dessas pessoas. A relevância de estarmos aqui nesse *advocacy* da agricultura familiar é o reconhecimento da importância da agricultura familiar.

Faço só algumas recomendações para terminar: garantir aos agricultores familiares acesso aos recursos naturais é o meio de produção, particularmente a terra e a água; promover recursos naturais inclusivos por meio de políticas públicas; fortalecer — esse é o meio do nosso trabalho — a proteção social; promover a independência econômica e trabalhar na construção de um marco legal, e aqui nós estamos trabalhando com isso, com o marco legal.

A FAO, Deputado Vilson, agradece mais uma vez. Nós somos parceiros aqui desse trabalho e do Brasil. Estamos com nosso escritório de representação aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Sr. Gustavo, nós que agradecemos a exposição, pedindo desculpas pelo tempo. Eu acho que para uma matéria tão rica dessas nós precisaríamos ter mais tempo para fazer esse debate, mas nós vamos ter outros momentos. Nós colocamos também esta Comissão à disposição para nós



dialogarmos mais com a FAO. Muito obrigado pela sua presença, pela sua exposição e pelo rico material que traz aqui a esta Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra ao próximo convidado, o Sr. Wilson João Zonin, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste.

Agradeço se o senhor também puder ser objetivo.

O SR. WILSON JOÃO ZONIN - Bom dia. Eu quero agradecer o convite que me foi feito por esta Comissão, pelo Deputado Vilson, pelo Deputado Schuch e por toda a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Quero também cumprimentar os demais convidados que aqui trouxeram contribuições importantíssimas para este tema.

Eu sou professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, coordeno o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, um programa interdisciplinar que contempla a Unioeste e também outras universidades brasileiras como a Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, a Universidade Federal da Integração Latino Americana — UNILA e a EMBRAPA do Pantanal. Este é o primeiro programa que tem o diploma de Desenvolvimento Rural Sustentável, ele é recente, foi iniciado em 2012, e reflete muito as atividades que nós desenvolvemos na área de extensão rural, de extensão universitária, e de alguns programas implantados na região oeste do Paraná, na região sudoeste do Paraná, que eu vou citar posteriormente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Coloquei aqui uma faixa preta, porque considero que nós temos que fazer luto pela proposta de reforma da Previdência apresentada para o meio rural. Ela é muito nociva, e, embora tenha sido retirada por acordos, nós não temos segurança nenhuma de que esse mesmo texto não volte por meio de leis complementares.

Então, parabenizamos os Deputados que estão desenvolvendo uma ação interna, mas é preciso dizer que a ação externa complementa, são ações que têm sido importantes. Quero também parabenizar os Deputados por não aprovarem a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA proposto por este Governo. É importante o trabalho desta Casa em defesa daquilo que é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.



Nós passamos 5 séculos ocultando a fome no Brasil. Josué de Castro foi mandado embora porque queria resolver o problema da fome no Brasil, ele apontou o caminho, fez a geografia geopolítica, e só neste século nós tivemos um programa importante, um conselho nacional, e ele não pode ser extinto.

Por isso, quero parabenizar esta Casa. A agricultura familiar é estratégica. Ela surgiu na academia nas décadas de 80 e 90, a partir de estudos internacionais que mostraram que ela sobreviveu a todos os tipos de governos e ideologias existentes no mundo, como capitalismo, comunismo. O que manteve a agricultura e a fez sobreviver foi o caráter familiar. Então, ela foi constituindo um *status* acadêmico. No Brasil, depois, ela adquiriu *status* político e institucional, com a lei de autoria do nosso amigo, o Deputado Assis do Couto, do Paraná. E é uma pena não ter sido reeleito porque era um importante lutador.

Mas, depois desse *status* da lei, dos avanços nas políticas públicas, nós temos que considerar que agricultura familiar é estratégica, é um patrimônio social e cultural. E, se entendermos assim, vamos compreender a importância de debater o tema da soberania alimentar, não só a segurança. A agricultura familiar é estratégica por isso. E é o que os nossos estudos apontam: a diversidade que ela possibilita na produção de alimentos no Brasil. O que caracteriza a produção familiar essa diversidade. O PAA e o PNAE identificaram mais de 350 alimentos diferentes, comercializados por esses agricultores.

Bom, não vou poder falar de vários aspectos, que inclusive já foram mencionados. Não foi razoável, durante a história, que os trabalhadores rurais tenham sido os últimos trabalhadores a serem reconhecidos pela Previdência. E, depois da Constituição, nós tivemos um avanço fundamental e precisamos lutar para que essas conquistas sejam mantidas, para que não seja mudada a base do que está na Constituição.

Só para complementar as falas anteriores, com as quais concordo, quero salientar o aspecto de que essa nota técnica do DIEESE do mês de março surpreende e chama a atenção para o que foi proposto para as mulheres. É muito nociva às mulheres a proposição que aumenta sua contribuição. Isso discrimina ainda mais. Então é importante só destacar que, mais uma vez, as mulheres estão na mira dessa reforma da Previdência — as mulheres rurais —, além de promover o êxodo rural dentre os jovens.

Nós já tivemos um problema muito sério nas décadas de 70 e 80, e, agora, com esses projetos no bojo da reforma da Previdência, nós estamos promovendo o êxodo rural, estamos comprometendo a maior parte dos Municípios brasileiros, porque propõe-se



aposentar mais tarde, contribuir por mais tempo, recolher contribuições maiores, receber benefícios menores, sem garantia de correção automática pela inflação anual. Essa é a base dessa proposta e que precisa ser lembrada, ser dita, pois traz consequências gravíssimas. Quais são elas? Promoção do êxodo, afeta a juventude e a sucessão, amplia a desigualdade entre homens e mulheres, promove empobrecimento, diminui a arrecadação, promove mais favelas e bolsões de miséria e pobreza nas regiões metropolitanas.

Bom, qual é o caminho das políticas públicas, que é outro tema que se discute aqui? Eu quero reforçar os estudos que nós temos sobre a contribuição do PNAE e do PAA. É lamentável que o PAA tenha se reduzido a quase nada depois que agricultores foram presos à toa para assustar. O PNAE, os depoimentos dos gestores públicos, o PAA trouxeram contribuições fantásticas para quem recebia esses alimentos, para quem produzia e complementava as rendas. Então, é importante, Secretário, que se retome esse PAA, que se fortaleça o PNAE.

E os próprios Deputados aqui falaram várias vezes da ATER. Eu sou um professor da área da extensão rural e quero dizer que na ATER nós temos exemplos fantásticos que precisam ser retomados através de editais públicos. Eu quero citar inclusive alguns exemplos da região oeste do Paraná.

No Município de Marechal Cândido Rondon, onde eu moro, nós temos um exemplo que é fantástico, que complementa. Não podemos só cobrar do Governo Federal e dos Governos dos Estados. Lá, nós construímos uma lei municipal que dispõe que todo o recurso recebido no Município do FNDE será utilizado para comprar alimentos agroecológicos.

A Lei nº 4.904, de 2016, estabeleceu uma meta para 2017 de 20%, 2018 de 30% e 2021 de 100% de produtos agroecológicos. Como está atualmente? Em 2017, 76% dos alimentos adquiridos foram da agricultura familiar; em 2018, 92%. A meta para 2017 e 2018 era 20% e 30% respectivamente, nós atingimos 50% e 60%. Então, eu citei um exemplo de como os Municípios podem complementar essas políticas públicas e como é importante essa lei no fortalecimento destas.

Sobre a ATER, quero citar um exemplo na nossa região através do Programa Cultivando Água Boa, que a FAO conhece, muitos gestores públicos aqui acompanharam, essa bancada de Deputados do Rio Grande do Sul sempre prestigiou e foi lá conhecer as



ações. Eu vou mostrar algumas delas. Duas ações fundamentais de ATER é o trabalho do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia — CAPA e o trabalho da BIOLABORE. Nós temos mais de 150 profissionais atuando num território na região oeste do Paraná, auxiliando, complementando os trabalhos. Disseram que o trabalho é muito burocrático, que os profissionais da EMATER não conseguem sair a campo. Então, vamos fortalecer a extensão rural pública e complementar com editais, com setor privado, com cooperativas.

A BIOLABORE é uma cooperativa de profissionais egressos da Unioeste, que nós ajudamos a montar. Eles fazem um trabalho fantástico de ATER. É uma experiência a ser conhecida.

Vou falar também da extensão que as universidades desenvolvem. Nós que fomos pró-reitores um tempo atrás conseguimos construir junto ao MEC uma política pública de extensão universitária. O PROEXT chegou a ter 300 milhões, e hoje não tem nada. De 2016 para cá, cortaram esses recursos da extensão universitária. E a universidade também pode auxiliar nessa gestão pública.

Então, para complementar agora, no caminho adiante, eu quero ir na direção do que o representante da FAO disse aqui e dizer o seguinte: a nossa diretriz de desenvolvimento sustentável no mínimo precisa ser essa agenda, que eram os Objetivos de Desenvolvimento Mundial — ODM e agora são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — ODS.

Eu quero chamar a atenção do Brasil que hoje nos assiste, para que todos nós façamos a nossa parte, cobremos das autoridades. Isso aqui é um compromisso público. O Brasil se comprometeu com essa agenda. Ela tem objetivos e metas.

A agricultura sustentável não é uma loucura. Ela é hoje o que há de melhor, disse um colega professor da Federal do Rio Grande do Sul. São 17 objetivos e 169 metas. O primeiro objetivo é acabar com a fome e a miséria. E nós vemos o impacto de projetos, como o da reforma da Previdência, mostrando o caminho errado. O Brasil deu os melhores exemplos nos ODM. Nós atingimos com folga as metas estabelecidas de 2000 a 2015, e agora corremos o risco de andar para trás, na contramão. Então, nós temos que levar em consideração esse compromisso que o Brasil assumiu, a sociedade brasileira assumiu. Então, nós tínhamos 82% de redução do problema da fome no Brasil. O Brasil era um exemplo no mundo. E nós precisamos seguir esse caminho.



O segundo objetivo é fome zero e agricultura sustentável, com várias metas importantes, que concentram esse trabalho e necessitam do apoio de políticas públicas.

Todos sabem o destaque que a agricultura familiar no Brasil adquiriu na legislação. Hoje, ela representa a maior parte dos estabelecimentos: 84,4%. A maior parte está no Nordeste do Brasil. Então, nós temos que dar uma atenção muito especial ao Nordeste, à agricultura familiar. No Estado do Paraná, 90% dos estabelecimentos também são familiares. Para nós, é muito importante reconhecer que a agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Quando eu fui pró-reitor de extensão, nós levamos para a universidade todos os Prefeitos. Independentemente de ideologia, eles foram assistir à palestra de D. Mauro Morelli sobre a lei da alimentação escolar. Esse é um seminário de extensão universitária, em que estão todos os Prefeitos, a FAO, as Secretarias. E D. Mauro Morelli fala com os Prefeitos, que dão exemplos fantásticos.

Nós precisamos fazer uma educação, mudar a cabeça dos jovens, das crianças e dos consumidores. Então, nós trabalhamos com projetos de mandalas, fazendo a educação ambiental.

Esse agricultor, que é um grande professor hoje, mostra como a modernização da agricultura destruiu os rios. E o Programa Cultivando Água Boa recupera os rios. Esse rio já estava com metade da água que tem hoje. Ele recuperou o leito depois de 15 anos de recuperação da mata ciliar. Existem agricultores que implantaram agroflorestas em áreas degradadas. E nós precisamos reconhecer que esses sistemas produtivos agroecológicos precisam de um financiamento com juro zero.

Hoje, temos o problema das políticas públicas do PRONAF que estão aumentando as taxas de juros. Temos que reduzir as taxas de juros e temos que dar juro zero para quem faz esse tipo de investimento.

Sobre a questão da água, é importante dizer que os trabalhos acadêmicos assustam pela quantidade de produtos químicos encontrados na água. Vocês também sabem disso e têm acompanhado várias pesquisas segundo as quais mais de 20 a 30 elementos são encontrados na água, e alguns órgãos negam, dizem que esses trabalhos não são sérios. Esses trabalhos são sérios, sim! Trabalhos que não são sérios são aqueles que liberam os produtos da forma que liberam no FDA e da forma que o Brasil está liberando os



agrotóxicos, um libera geral! Produtos, moléculas cujo uso não é permitido nos Estados Unidos e na Europa são permitidos aqui. Isso é falta de bom senso!

A questão da água é fundamental. Na região do Município de Marechal Cândido Rondon, no ano passado, quem tem poço artesiano teve que cavar 60 metros a mais de profundidade para buscar água do aquífero para produzir alimentos. E nós precisamos de cisternas também. Temos que aprender a trabalhar com a água da chuva, porque daqui a algum tempo não vamos ter água. Estamos pensando então em aumentar a produção de várias *commodities* na região. O programa Cultivando Água Boa recuperou nascentes, foi um trabalho fantástico!

E nós precisamos também lembrar que para falar de meio ambiente e sustentabilidade, nós temos que falar de participação, diálogo permanente entre atores, proatividade; ir aonde o problema está, combater o problema, e não a consequência; atuar na causa. Esse é o princípio do Cultivando Água Boa, com o qual nós recuperamos as microbacias. Os agricultores não se importaram de recuperar as matas ciliares. E então fizemos um programa de cuidado socioambiental que foi destacado na ONU como o melhor do planeta no ano de 2015. E para nós é um orgulho a universidade e toda a região ter feito parte disso.

Aqui nós temos também a implantação de um condomínio de biogás. Os agricultores que poluíam os rios com dejetos fizeram um sistema de produção de gás. E aqui está a gauchada nos visitando há um tempo, o pessoal do Rio Grande do Sul. Todas as regiões da América Latina foram visitar essa nossa experiência, e ela foi multiplicada no Estado de Minas Gerais e em outras regiões do Brasil: Cultivando Água Boa. São esses exemplos que eu quero destacar.

Aqui temos como era e como ficou uma propriedade onde o cara pode sair do avião e ir lá visitar. Não tem problema, não tem cheiro, não tem mosca; tem qualidade de vida e tem ganho, porque o agricultor aqui produz adubo orgânico nesse biodigestor, economiza adubo químico e ganha mais pela qualidade do leite. Então são vários ganhos. A questão ambiental não significa ter prejuízos. Esses exemplos do programa Cultivando Água Boa estão lá, estão vivos para serem conhecidos.

A questão das mudanças climáticas, esse é o grande problema, e um dos vilões é a agropecuária. Mas nós estamos mostrando como reduzir o metano, assim mesmo trazendo benefícios para a propriedade rural.



Quero ainda destacar esse problema sério, lembrando aqui o nosso amigo Angelito, colega de aula da Universidade Federal de Santa Maria, com quem sempre debatemos temas do meio ambiente.

Vejam que o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento de 2006 a 2012, foi reduzindo para um terço o desmatamento da Amazônia. Depois do Código Florestal, das mudanças, nós fomos aumentando, e em 2020 temos uma meta de chegar a menos de 4%. Não vamos atingir essas metas e temos que repensar esse problema.

Não é colocar o ambiente contra a agricultura. Nós entendemos que é fundamental que se some, que se complemente, mas hoje nós estamos perdendo essa batalha pela gula, pelos sete pecados capitais. E nós precisamos desenvolver melhor as virtudes e lutar por uma sociedade mais fraterna, solidária, amorosa e sustentável.

Então fico à disposição. Agradeço o convite.

E quis falar um pouco dessa experiência que nós temos, que aponta para uma perspectiva que está na sustentabilidade da Agenda 2030.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Da Fetaemg. PSB - MG) - Nós agradecemos, Sr. Wilson João Zonin, que representa aqui essa universidade.

Nosso Presidente da CONTAG estava querendo depois lá para o Nordeste também, mas só quero lembrar para os nossos mineiros que, quando ele disse Cultivando Água Boa, nós temos uma cidade em Minas Gerais que se chama Água Boa, e o pessoal pode pensar que o Deputado Wilson vai... Mas não é isso, é água, é água potável.

Queria agradecer por essa palestra, a todos, e me colocar à disposição. Eu acho que nós precisamos fazer uma parceria. E nós da agricultura familiar — eu até quero frisar isso —, além de produzir alimentos, temos cuidado com as matas ciliares, com a nascente, com topo de morro, porque nós também produzimos água.

Quando eu falei isso há muito tempo lá em Minas Gerais, eles acharam que eu era maluco. Não! O agricultor também produz água. Na medida em que ele cuida daquele capãozinho ali, ele está cuidando. Eu acho que nós precisamos — o Secretário deu uma saidinha — sentar com a Secretaria de Agricultura Familiar para discutir isso, porque países da Europa e outros países... Não vou entrar nisso nesse momento. Mas seria preciso continuar com esse debate.

Muito obrigado.



Passo imediatamente a palavra ao Presidente da CONTAG, Sr. Aristides Veras dos Santos.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Obrigado, Vilson. Boa tarde a todos e a todas que estão aqui presentes.

Quero cumprimentar os Deputados Vilson da Fetaemg e Heitor Schuch pela iniciativa e agradecer pela oportunidade de poder conversar sobre esses temas colocados nesta audiência pública.

Cumprimento os palestrantes na pessoa do Fernando, nosso Secretário, que representa aqui a Ministra; o Gustavo, da FAO, que tem tido uma participação muito importante nas políticas internacionais, e temos todo esse apoio da agricultura familiar; à Manuela, da Fundação Getulio Vargas. Cumprimento também o Wilson, da UNIOESTE, demais pessoas aqui presentes, o Deputado Estadual Elton Weber. O Joel já não está mais aqui, mas faço referência também à Federação do Rio Grande do Sul. Aliás, a Federação da Agricultura Familiar fez um importante ato hoje pela manhã, entregando ao Presidente milhares de assinaturas defendendo os direitos dos trabalhadores rurais e da previdência pública no Brasil.

Deputado Vilson, eu queria começar esse debate agradecendo a esta Comissão e aos Parlamentares do Congresso Nacional a capacidade que tiveram de escutar a CONTAG, nossas federações, os sindicatos que vieram aqui, Vereadores, Vereadoras, Prefeitos, Deputados Estaduais, que vieram aqui ao Congresso tratar da reforma da Previdência, em especial da questão dos trabalhadores rurais, ou seja, agricultores familiares ou assalariados rurais.

Mas discutimos a Previdência como um todo, e deixamos sempre claro que a CONTAG trabalhava não só os trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, mas também outros pontos importantes na reforma da Previdência que me parece — claro, vamos ler ainda com mais detalhe o relatório, que é bastante grande — estão contemplados naquilo que nós colocamos de fundo neste debate. Sobre a questão dos rurais, agricultores familiares e assalariados, na qual deveriam ser mantidas as regras atuais, com exceção, Vilson, do prazo da chamada carência dos 15, 20 anos, até agora a nossa assessoria não viu com muita clareza esta questão. Precisamos analisar.

É muito caro e importante para nós que se mantenham as regras atuais da Constituição, que são os 15 anos, seja para o agricultor familiar, seja para o assalariado.



Então, essa parte do relatório nós podemos ainda não ter encontrado o texto que deixa claro, mas o papel da CONTAG vai ser esse também, de ler todo o relatório, de analisar. E aqueles pontos que estiverem pendentes de dúvida nós vamos tentar esclarecer aqui na Comissão, para que ele chegue ao Plenário com toda a clareza possível, porque em um texto constitucional não pode haver dúvidas, tem que haver clareza na sua redação.

A idade da mulher está contemplada, de 55 anos, e do homem, 60, mantêm-se as regras. A regra atual da contribuição, que era uma das grandes questões levantadas aqui, está mantida, que nós contribuimos através da nossa comercialização, da venda da nossa produção. E essa é uma questão que eu quero destacar aqui, que nós precisamos que esta Casa, esta Comissão, possa nos ajudar, inclusive, para que o Estado brasileiro crie as condições para que o agricultor possa contribuir.

Por exemplo, nós só temos bloco de notas em seis Estados. Mesmo assim, nós não conseguimos identificar quanto foi arrecadado, porque esses sistemas não dialogam com as Receitas Federal e Estadual. Nós temos que resolver isso. O que era dito por Governos anteriores ou pela Fazenda de Governos anteriores? Que o custo é alto.

Bom, o custo é alto em que perspectiva? Eu acho que nós precisamos garantir, para que os agricultores familiares possam viabilizar a sua contribuição... Já foi dito aqui pela Jane, inclusive foi reduzido naquele debate do FUNRURAL... Não foi sugestão nossa. Pelo contrário, nós nos colocamos contra. E defendemos manter as regras que havia antes, que, se não me engano, eram de 2,3. Então foi mudado. E acho que a contribuição é importante.

Por outro lado, também entendemos que a contribuição do sistema é solidária. Ela tem que ser dos agricultores familiares, dos trabalhadores, mas também do setor patronal. Temos que fazer esse debate solidário aqui, porque o sistema é no todo solidário: Estado, empresas, trabalhadores. Então nós precisamos conversar sobre isso, porque o sistema tem que ser financiado por todos que possam contribuir, e esse é o debate que nós queremos fazer aqui tranquilamente.

Então eu acho que nós avançamos. Agora, nós temos que acompanhar todo esse processo, como ele vai ser aqui na Comissão e depois no Plenário, e acompanhar a regulamentação. Para nós trabalhadores rurais, já há um problema, porque a reforma da Previdência para os agricultores familiares foi feita na MP 871. Ali foram colocadas regras, por exemplo, na perspectiva de revisão de benefícios bem mais rígidas do que antes. E na concessão do benefício também foram criadas dificuldades, se não souber operar.



Se nós estivéssemos num momento em que o INSS estivesse fazendo concursos, recompondo seus quadros, contratando mais gente, podia ser que não houvesse problema. Mas ocorre o contrário. Sabe quantos processos nós temos represados no INSS, Fernando, segundo o próprio Governo? Dois milhões de processos de benefícios. Por quê? Porque falta gente para analisar esses processos, deferir ou indeferir. Mais de 2 milhões. Isso é algo extraordinário!

Por exemplo, houve mudança na MP 871: tira o sindicato e dá a declaração; volta para o INSS. Como é que o INSS vai atender tudo isso sem as condições que ele tem, com poucos funcionários, com esse monte de processos represados? Ou seja, nós podemos ter problemas para a frente.

E o cadastro, que é uma das coisas em que nós temos dúvidas no relatório? Foi feito um acerto no Senado para ampliar o prazo, só encerrar o prazo quando todos estivessem cadastrados. Parece-me que a regra lá não está bem assim. Eu entendo que, se faltarem 10%, 20% de pessoas para serem cadastradas, não interessa. Interessa saber se os 10%, 20% não se cadastraram porque eles ou elas não quiseram se cadastrar. O Estado deu a oportunidade. Agora, esses 10%, 20%, 30%, 40% ou 50% podem estar nos lugares mais distantes, nas Regiões Norte e Nordeste do País, onde houver mais dificuldade de comunicação, onde a Prefeitura não se envolveu, onde a sociedade não conseguiu ajudar a identificar essas pessoas e o Estado também não.

Então, quando for de responsabilidades das pessoas, eu acho que elas têm que pagar. Elas têm que ser punidas por isso. Agora, quando a responsabilidade for do Estado, o Estado não pode punir as pessoas por sua própria responsabilidade, ou pela falta de política pública nesse aspecto. Então esse é um debate que vamos continuar a fazer e ao qual vamos estar atentos.

Bom, eu queria utilizar parte do tempo aqui, espero que consiga não utilizar todo, com questões do debate relacionadas à Previdência. Ela é muito importante. Já foi dito aqui. Já houve apresentações muito boas, que nos ajudam a não precisarmos repetir, mas temos que fazer uma relação com as políticas públicas como um todo. O que é importante para o campo, para poder nos manter lá, diminuir o êxodo rural, valorizar a juventude? Políticas públicas. Por exemplo, a saúde está mais distante de nós; a educação; a habitação. Há uma série de fatores. Aí, quando você vai para os créditos, os financiamentos, é recente. Quem aqui não se lembra de poucos anos atrás, 2000, 2001, 2002, no Nordeste, onde eu



vivo, quando nós íamos ao banco muito raramente? Agricultor não tinha acesso a crédito, a banco. É diferente da realidade do Sul, por exemplo — não é, Elton? Nós não tínhamos acesso. Passamos a ter acesso mais concretamente a partir dos anos 2003. É só olharem os números do PRONAF, de 200 milhões começaram os bilhões, os trilhões, que hoje estão em 30. Então, esse acesso foi facilitado. Foram encontradas regras e facilidades. Agora, o PRONAF chegou a um patamar que precisa ser revisado, reanalisado, reavaliado.

Aí, Fernando, eu quero fazer aqui uma crítica construtiva, neste debate que nós estamos fazendo. Inclusive, você é conhecedor — nós temos apresentado lá para a Ministra e você — da forma como nós estamos discutindo. Por exemplo, para nós, não termos o MDA mais é ruim. Nós temos a Lei nº 11.326, de 2006, que é um avanço, pois constituímos uma legislação específica para a agricultura familiar. Esse é um público que não tinha visibilidade. É médio, é foreiro, é parceiro, é arrendatário, é o cara que tem 50 nomes. O cara que tem 50 nomes ninguém conhece, ninguém sabe quem é. Então, a agricultura familiar não tinha nome, não tinha visibilidade, e passou a ter. O MDA organizava todas essas políticas. E qual era o conflito que havia entre o MDA e o MAPA? Havia complementos. Por exemplo, a CONAB estava no MAPA, a EMBRAPA estava no MAPA. Então, nós fazíamos agenda com o MAPA — com 15 Ministérios aqui nos Governos —, e o MAPA tinha uma pauta forte conosco. Essa é a primeira coisa.

A segunda é agora lançar o Plano Safra, no dia 18, Fernando, juntos, agricultura familiar e agronegócio, empresariado, em um plano só. Eu espero que, no futuro, eu esteja errado, mas lançar os dois planos não conflita com ninguém, mas dá visibilidade a dois públicos importantes: o empresariado e os agricultores familiares. Isso é dar visibilidade a esses públicos em políticas que possam se complementar na visão do Estado. Essa é uma coisa que temos colocado nesse processo.

Por exemplo, vamos voltar o crédito fundiário ao modelo do Banco da Terra? A CONTAG participou do debate desde o Banco da Terra até o crédito fundiário, e, nos momentos atuais, nós estamos discutindo lá com os senhores essa mudança nas regras. Nós tínhamos acordo no debate de diminuir a burocracia não só do crédito fundiário, mas de qualquer política pública. Agora, nós não temos saudades do Banco da Terra, não, Fernando. Na época, o acesso era muito mais complicado, os juros eram mais altos. Eu sei que a sua referência está sendo feita em relação à burocracia. Se era mais facilitado, lá para o meu Nordeste, não era. Aliás, éramos até contra. A CONTAG se posicionava contra



o Banco da Terra, na época, e pouco orientamos as pessoas a entrarem no Banco da Terra, porque ele era inviável nas condições apresentadas àquela época. Eu sei que a sua referência aqui é em relação à burocracia, e, se for, temos acordo.

Agora, precisamos evoluir. Nós estamos discutindo e esperamos que as regras do crédito fundiário melhorem, avancem, porque nós sempre tivemos dificuldades com esse programa — que é complementar à reforma agrária, no nosso entendimento —, para que nós possamos possibilitar aos proprietários daquelas propriedades que não são passíveis de desapropriação, as improdutivas até 15 módulos fiscais, negociarem com agricultores e agricultoras que têm pouca terra ou que são sem-terra para viabilizar assentamentos por esse mecanismo. Então, esse é o debate que estamos procurando fazer.

Agradecemos, Deputado Vilson da Fetaemg, mais uma vez, por esta oportunidade.

Queremos fazer uma reunião com os senhores, inclusive, em breve — e com o Fernando e a Ministra temos falado sobre isso —, porque nós estamos com um problema, Deputado Heitor Schuch, em relação ao orçamento da agricultura familiar. O orçamento que ficou para o Governo Bolsonaro, herdado do Governo Temer, é muito ruim — e não é pior porque esta Comissão aqui nos ajudou. Temos que fazer justiça a esta Comissão, que ajudou a melhorá-lo, e muito. Para não ficar só nesta, os Parlamentares aqui, em um debate no Congresso, melhoraram. Nós conseguimos avançar, do orçamento de Temer, para o final da votação, em quase 30% a mais. Imaginem como ele era ruim! Mas não ficou bom ainda, não. Considerando outros orçamentos que nós tivemos aqui em Governos anteriores, ele está muito baixo e, na execução, tem dificuldades.

Por exemplo, agora, naquele acordo aprovado pela Câmara para recompor o Orçamento, vai haver dinheiro para a habitação, 1 bilhão de reais, mas é para toda a habitação, para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Só o rural, precisaria de 1 bilhão de reais, mas a assistência técnica precisaria, pelo menos, de 150 milhões de reais, o PA, de 350 milhões de reais... O PRONERA e tantos outros programas estão aí com pouco recurso. Foi citado aqui pelo companheiro que, no Nordeste, já não há dinheiro para cisternas. Não há dinheiro mais para isso. Então, precisamos depois discutir aqui o que faremos para melhorar a parte da execução orçamentária do orçamento para a agricultura familiar, porque o Plano Safra vai ser lançado, e a nossa esperança é que, a partir dele, Fernando, possamos realmente melhorar bastante a execução das políticas públicas no Brasil.



O Governo está iniciando, e nós entendemos todo o processo de mudança que está sendo feito, mas esperamos que a agricultura familiar, que nós precisamos continuar divulgando e valorizando, mantenha a sua visibilidade. Não dá para trocar de agricultura familiar para pequena agricultura. Não troquem o nome de agricultura familiar para pequeno produtor nem pequeno proprietário, como alguns Parlamentares disseram aqui. Eu respeito as opiniões, mas a agricultura familiar é mais ampla, tem um conceito muito mais amplo. É só olhar a legislação. É do conjunto da família. É de um conceito diferente, de quem produz apenas visando ao mercado, visando ganhar dinheiro. É de quem produz para alimentar, quem produz para preservar, quem está ali preservando cultura, vidas e consciência de um novo mundo, de uma nova visão de agricultura saudável para a população, muitas vezes a custo baixo. A população tem que entender que não valorizar o campo, não valorizar a agricultura familiar vai também trazer prejuízos para o cidadão e a cidadã que compram alimentos da agricultura familiar. Quando eles faltam, os senhores percebem o quanto aumentam os preços dos produtos.

Então é esse o debate que temos que fazer de forma franca e honesta neste Parlamento para que avancemos e mantenhamos o que está na sociedade e no mundo. O Brasil foi exemplo nas políticas de agricultura familiar para o mundo e tem que continuar sendo, preservando a agricultura familiar, o meio ambiente, a natureza e a relação com toda a sociedade no valor que cada agricultor, que cada agricultora tem neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Da Fetaemg. PSB - MG) - Nós é que lhe agradecemos, Sr. Aristides, pela presença, pela exposição e até pelo tempo. O senhor foi importante para nós. Esse debate vai continuar, nós não podemos encerrá-lo aqui hoje. Há muita coisa para debater, para ser consertada neste País.

Como tanto o Deputado Heitor Schuch quanto eu somos autores deste requerimento, eu já conversei com o meu colega ali e quero passar a palavra ao nosso amigo, Deputado Estadual lá no Rio Grande do Sul, que já foi Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura — FETAG, o Deputado Estadual Elton Weber, que está representando o Parlamento estadual gaúcho.

O SR. ELTON WEBER - Obrigado, Wilson. Eu desejo uma boa tarde a todos, embora nós não tenhamos almoçado ainda.



Inicialmente, eu quero dizer aqui que eu ganhei a manhã e o dia, porque, às quintas-feiras, normalmente, Deputado Vilson da Fetaemg, Deputado Heitor Schuch, meus colegas de profissão, de militância sindical e cooperativa, a Comissão da Agricultura e Pecuária discute os temas na nossa Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. E hoje eu ganhei o dia por estar aqui. Estou ausente lá, mas estou aqui pela forma de se conduzir esta audiência pública, dos temas que aqui foram apresentados e pelo que pude ouvir dos nossos painelistas.

Por isso, eu quero saudar esta iniciativa, Deputado Vilson, Deputado Heitor, que nos oportunizaram o convite para estar aqui junto com os senhores, com o Aristides, o nosso Presidente da CONTAG, a quem eu saúdo; o Dr. Gustavo, da FAO; o Fernando Schwanke, gaúcho, também da Vale do Rio Pardo, que conhece esse segmento e os temas; a Sra. Manuela Santos, da Fundação Getulio Vargas, que vem nos ajudar com seus dados importantes; a mesma coisa digo do Vilson, que é gaúcho, mas está no Paraná hoje e a todos que estão junto conosco aqui.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu sou fruto, talvez, em parte, de não ter tido espaço para todos. Em uma pequena propriedade rural, eu fui acabar na área sindical e em cooperativa. E eu dizia hoje de manhã, com o meu amigo, que é sobrinho do nosso saudoso Deputado Hermes Zaneti, que foi Constituinte desta Casa, que, muitas vezes, nós temos que compartilhar a agricultura com outras funções. E eu sou um desses. Ao ver que faltavam coisas, envolvi-me na área sindical e em cooperativas para tentar buscar coisas melhores, programas que nos ajudassem, Heitor Schuch, como na agricultura familiar, porque, naquela época, em 1991 e 1992, não existia nada de crédito nesse sentido. Acabei entrando para a política também com este intuito, Aristides, por uma discussão feita pelo nosso movimento sindical de que deveríamos ocupar espaços.

E quando se promove uma audiência pública como hoje... Pena que culminou com a leitura do relatório. Tomara que continue dessa forma, que o rural, de fato, esteja fora!

Eu quero dar uma rápida pincelada no assunto, para não me demorar muito na questão da PEC 06.

Que bom que o rural esteja fora. E vamos trabalhar para que isso, de fato, aconteça, porque eu sou da opinião — e certamente o Fernando Schwanke vai compreender o que eu vou dizer agora — de que, quando nós tratarmos do meio rural e da agricultura familiar, na Previdência, por exemplo, façamos uma discussão para mudar ou adequar a



Previdência com quem está no rural. Eu tenho essa visão. A CONTAG, os órgãos de Governo, a pesquisa e todo esse mundo que compõe o mundo rural tem que estar na mesa junto, para fazermos com que as coisas melhorem e que coloquemos as mazelas que existem, talvez, neste segmento.

Eu fico muito nervoso quando dizem que não se contribui no meio rural. Direta ou indiretamente, contribui-se muito. Indiretamente, eu não vou entrar nesse tema, da questão da importância de se manter as pessoas no meio rural, da segurança alimentar e tudo o mais que nós podemos falar aqui. E diretamente também. Baixou-se de 2,3 para 1,3, não porque nós pedimos. Houve uma negociação em outros setores. Isso é importante ser dito. E há muitos Estados que contribuem, mas também existe muita sonegação que precisa ser fiscalizada, sobretudo na Previdência.

Encerrando a minha colocação, eu quero dizer que a terra é o primeiro aspecto para nós termos uma agricultura familiar. Quanto ao crédito fundiário, seja como nós formos falar, a questão agrária é fundamental.

A segunda questão é a infraestrutura. É estrada, luz, educação, saúde e o próprio lazer, porque, senão, o jovem não fica. Ele não vai ficar por causa do discurso de um Deputado, de um líder sindical, de qualquer pessoa. E também a Infovia. Internet não é para a cidade, gente! O jovem do meio rural, Dr. Gustavo, quer acessar lá, quer fazer um curso à distância. Eu ouvi muitos jovens dizerem "*vou morar com o meu primo lá em Santa Cruz*" ou "*lá em Santa Maria*". Por que ele vai morar com o primo? Porque ele vai poder fazer um curso à distância e trabalhar lá em algum lugar. Se estivesse no meio rural, não poderia ser assim? Então, essa questão da infraestrutura dialoga muito fortemente com o êxodo rural.

E há a questão da renda. Não dá para desconsiderar isso, gente! Ninguém vai ficar só porque o vento é mais fresco, porque o vento é melhor ou porque o ar é sei lá o quê. Isso faz parte, e temos a experiência trazida pelo Deputado Vilson aqui de como dá para fazer isso. Agora, nós precisamos da renda, gente, não adianta! Nós precisamos de crédito, sim, e precisamos de um crédito bom, com juro barato. Nós precisamos de seguro agrícola, de seguro de renda também e de políticas públicas que dialoguem nesse sentido.

Nós evoluímos muito. Se eu pensar em 1991 e 1992, onde eu comecei a minha fala aqui, nós veremos que evoluímos muito. Construiu-se muita coisa boa, mas nós temos que avançar mais. E tem que haver crédito negativo. O que eu quero dizer com crédito negativo



é quando se paga menos de volta do que se pegou. Se eu peguei 10 mil reais de empréstimo, de crédito, porque não poder pagar 5 mil, 7 mil ou 8 mil reais? Depende daquilo que for considerado importante para manter as pessoas no campo com a proteção agroecológica, com a preservação ambiental. Gente, não dá para falar disso sem falar em subsídio!

Desculpem-me, eu me empolgo um pouco, mas eu queria trazer um pouco essa reflexão, porque eu creio que essa é a construção, e não adianta dizer que é com os outros, é conosco. Eu acho que nós, Vilson da Fetaemg, Heitor Schuch, Aristides e os demais, todos os que estão aqui, as organizações que nos ajudam, nós do meio rural temos que estar na política. Não adianta o Schwanke ir. Nós podemos ter quantas pessoas nós quisermos que nos compreendem, mas nós temos que ter a parte política do Legislativa, do Executivo e de outros setores também.

Por fim, eu acho que há um desafio grande para nós, além de tudo isso, que é a questão de a academia e a pesquisa estarem mais perto de nós. E nós vamos ter que fazer a nossa parte também. Não é só a academia e a pesquisa virem de lá, nós também vamos ter que ir ao encontro, eu tenho convicção disso. Eu acho que há um grande trabalho a ser feito.

Eu agradeço mais uma vez essa oportunidade e vou, na semana que vem, fazer um relato, mesmo que seja rápido, lá na Comissão de Agricultura, sobre a importância que teve este evento, Deputado Heitor Schuch. Obrigado por insistir para estarmos aqui juntos. Obrigado, também, Deputado Vilson da Fetaemg e todos os que estiveram aqui. Se a minha fala contribuir, que seja colocada junto; se não, pode ficar como está.

Muito obrigado, mais uma vez, por esta oportunidade de estar aqui junto com vocês nesta manhã. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vilson da Fetaemg. PSB - MG) - Nós que agradecemos, Deputado Elton, lembrando que nós já discutimos crédito fundiário lá atrás, lembra? Lá na Espanha, em Valência, pela FAO. Era um frio! Eu, acostumado com aquele calor de Minas, quando chegamos lá, era um negócio gelado! E é bom lembrar, Fernando, que nós vamos passar, e o Brasil vai continuar. Nós fazemos parte dessa construção. Eu acho que nós temos que deixar um tijolinho bem feito aqui, para um dia sermos lembrados, e não deixar a coisa ruim. Nessa questão do crédito fundiário, nós precisamos entender, Aristides, que nós não precisamos ter vergonha de falar isso, não. Nós fomos muito criticados, porque



falávamos que queríamos reforma agrária de mercado. Nós começamos o crédito fundiário, a operação, na época, com o Banco Mundial. E a CONTAG, com as Federações, teve que chancelar, para dar garantia para o programa acontecer. Lembro disso. Salvo engano, o Urbano, à época, era Presidente da CONTAG. Lembra disso, Urbano? Lá no Banco Mundial, tivemos que assinar, dar o nosso nome, sobrenome, CPF e o CNPJ da entidade. E hoje quantas milhares de famílias foram assentadas por esse Brasil afora, trabalhadores que não tinham terra e que hoje têm terra e, inclusive, estão produzindo e exportando produto até para fora do Brasil?

Como esse requerimento foi feito por dois Deputados, socialistas, agricultores familiares que lutam bravamente, o Deputado Heitor Schuch, que já está aqui no seu segundo mandato, e eu, que chego agora, reforçando esse time, nós temos direito a 5 minutos como autores do requerimento. Mas eu vou abrir mão, fazer só o encerramento desta sessão e, como autor do requerimento, pedir ao Deputado Heitor para falar em nome de nós dois.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) - Muito obrigado, Presidente Vilson da Fetaemg, que tem hoje essa missão de coordenar o trabalho da nossa Comissão de Agricultura. Quero saudar também os painelistas, e acho, Presidente, que nós deveríamos hoje pedir desculpas aos painelistas, porque nós também não sabíamos que justamente neste dia haveria a leitura do relatório da PEC 6, que, na verdade, arrastou para o plenário ao lado a grande maioria dos Parlamentares, por questões óbvias. Quero, portanto, agradecer a presença de todos aqui, da FAO, da CONTAG, do Ministério da Agricultura, da Fundação Getulio Vargas, e também do Zonin, que vem lá da Universidade do Paraná, e da Dra. Jane, que já passaram por aqui.

Parabéns a vocês pelo trabalho, e cumprimentos por estarem sempre preocupados com a nossa agricultura familiar, com o desenvolvimento rural. Quero saudar todos os colegas Deputados e Deputadas, enfim, que estavam e que estão aqui e que participam desta Comissão.

Presidente Vilson, eu me sinto hoje, Dia de Santo Antônio, aliviado, e diria para ti e para todos que lutar sempre vale a pena. Se olharmos o que era a PEC 6 na sua origem e o que está escrito na segunda versão do substitutivo, podemos dizer que a nossa luta valeu a pena. *(Palmas.)*



Valeu a mobilização, valeu o abaixo-assinado, valeram as reuniões, valeram as caminhadas, valeram tantos e tantos contatos que foram feitos, inclusive nas audiências públicas todas que aconteceram aqui nesta Casa, para desmistificar essa coisa que é tão difícil para alguns entenderem: o agricultor é especial, ele não tem férias, ele não tem hora extra, ele não tem 13º, ele não tem carteira assinada, ele não tem como, no final do mês, como qualquer cidadão trabalhador com carteira assinada, ir ao caixa e sacar o seu salário, assim como nós, Deputado Elton! O agricultor não tem isso.

E aqui eu confesso que boa parte dos meus cabelos brancos deve ser justamente por já ter ouvido tanta gente dizer que os rurais não contribuem. Isso é uma vergonha! Aí, o agricultor vende um litro de leite, vende um suíno, vende um frango, uma arroba de tabaco, seja laranja, seja bergamota, não interessa o que é, vende, tira nota e desconta. Mas parece que o dinheiro não chega à Previdência, muitas vezes, e o culpado é o agricultor, que não contribui.

Ora, vamos respeitar, pois há muita coisa no meio desse caminho! Nós sempre tivemos a oportunidade de dizer que o agricultor faz a sua contribuição. Vou dizer uma frase que ouvi de um agricultor de Serafina Corrêa, produtor de suíno, um dia, no tempo em que o FUNRURAL era 2,1%. Ele dizia: *"Para mim, às vezes, não sobram 2,1% do lote. Eu pago mais para o Governo, para a Previdência do que sobra para mim"*. Todos nós sabemos que o agricultor não põe o preço no adubo, no óleo *diesel*, muito menos no produto agrícola que ele produz.

Então, estou aliviado por ver que, efetivamente, ao que tudo indica, os rurais estão definitivamente fora dessa PEC 6. Não estamos fora do Brasil nem fora do contexto. Há coisas que, certamente, vão acontecer conosco daqui para a frente, em outros temas, em outros projetos.

Sr. Schwanke, acho que o Ministério da Agricultura, que agora também tem essa função de cuidar da agricultura familiar, tem que olhar um pouco mais de perto nesse tema das Declarações de Aptidão ao PRONAF — DAPs, porque nós estivemos no Tribunal de Contas da União ontem, e eu não gostei do que eu ouvi, até porque lá está escrito... Imaginem um Vereador do Município de Herveiras, lá do Rio Grande do Sul, com 1.500 eleitores, que tem duas reuniões por mês. Como um agricultor daqueles, que é Vereador, que faz duas sessões por mês, à noite, não pode comprar um trator para produzir? Em 99% do seu tempo, ele está lá na propriedade. Por que ele é Vereador, tem que ser excluído da



DAP? Assim, nós temos outras coisas que, efetivamente, estão erradas e que a política pública pode consertar. Se não for na política, ninguém mais vai consertar. Não é o padre, nem o pastor, nem ninguém, porque não é tarefa deles. Temos que nos debruçar sobre essa questão também.

O Plano Safra é importantíssimo, com certeza. Não temos dúvida nenhuma disso. A agricultura familiar não quer fazer o serviço que a agricultura patronal faz de exportar, mas nós queremos produzir para o Brasil, como sempre fizemos. O pão nosso de cada dia é produzido com qualidade, com produtividade, com sustentabilidade, justamente por essa pequena propriedade, que é pequena no tamanho, mas grande na produção, com certeza. Eu sou originário de uma propriedade pequena dessas e também sei.

Diante disso, temos que ter claro também... Inclusive, eu fico me perguntando por que um Deputado quer colocar 300 vacas em 200 hectares. Mas isso até o nosso regimento não permite. Não é assim que a banda toca, ainda mais lá no Amazonas! Daqui a pouco, uma chuarada afunda metade daquelas vacas. Não é assim que a banda toca.

Então, quero reiterar essa questão da importância para trabalharmos com a mesma vontade, com o mesmo desejo de que a agricultura familiar tenha uma estratégia, tenha a sua visão, tenha as suas necessidades. Ela precisa da política pública para que nós possamos ter gente lá no campo. E a questão da Previdência é fundamental, assim como da saúde, até porque ninguém fica onde, se precisar fazer qualquer procedimento, não há essa condição, essa oportunidade.

Quero parabenizar os painelistas que vieram aqui e me desculpar por nem poder ouvir todos, porque também sou um dos 49 membros titulares da Comissão da Reforma da Previdência. Perdão por não termos tido uma participação maior por parte dos Parlamentares, mas cumprimento com felicitações. Que outras tantas discussões possam ser feitas, como no dia 11 de setembro, quando vamos, numa Comissão Geral aqui na Casa, lançar a Década da Agricultura Familiar.

Um grande abraço a todos.

Viva a luta, que a luta traz vitórias!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Obrigado, Deputado Heitor. Eu concordo com 100% do seu pronunciamento. E acrescento mais: nós fazemos isso tudo com amor. Nós temos amor aqui.



Eu fico muito feliz quando vou para minha roça, porque temos amor por aquele espaço.

Quero agradecer a presença dessa juventude do Espaço Vida, como vi numa camiseta. Parabéns! Que amanhã vocês possam estar ocupando esses lugares dos Deputados e das Deputadas. Uma salva de palmas para vocês! (*Palmas.*)

Quero agradecer a todos os expositores; ao Secretário Fernando Schwanke; à Manuela; ao meu xará, da Universidade do Oeste do Paraná, Wilson; ao nosso Presidente da CONTAG, Sr. Aristides; ao Gustavo Chianca, representante da FAO no Brasil, uma organização muito importante para nós; à Jane, que, por sua agenda, teve que se retirar; a toda a assessoria.

Quero encerrar esta reunião, antes, porém, convocando os Srs. Deputados e Deputadas para participar da reunião deliberativa ordinária no próximo dia 18 de junho, terça-feira, às 10 horas, neste Plenário, para discussão e votação das matérias constantes na pauta.

Bom dia a todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)